

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025	8
DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024	9
Demonstração de Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	16
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	17

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025	18
DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024	19
Demonstração de Valor Adicionado	20

Comentário do Desempenho	21
--------------------------	----

Notas Explicativas	40
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	94
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	96
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	97

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	31.979
Preferenciais	12.627
Total	44.606
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	901.929	999.195
1.01	Ativo Circulante	12.256	5.122
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	31	57
1.01.03	Contas a Receber	6.993	153
1.01.03.01	Clientes	6.993	144
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	9
1.01.03.02.02	Titulos e Valores Mobiliários	0	9
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.366	4.547
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	4.366	4.547
1.01.06.01.01	Créditos de Impostos	4.366	4.547
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	866	365
1.01.08.03	Outros	866	365
1.01.08.03.02	Outros Créditos	866	365
1.02	Ativo Não Circulante	889.673	994.073
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	40.861	101.950
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	27	0
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	27	0
1.02.01.04	Contas a Receber	0	44.532
1.02.01.04.01	Clientes	0	44.532
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	40.834	57.418
1.02.01.10.03	Créditos de Impostos	177	0
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	40.657	57.418
1.02.02	Investimentos	781.044	822.875
1.02.02.01	Participações Societárias	781.044	822.875
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	781.044	822.875
1.02.03	Imobilizado	67.765	69.245
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	67.765	69.245
1.02.03.01.01	Terrenos	10.187	10.187
1.02.03.01.02	Edificações	57.358	58.836
1.02.03.01.03	Máquinas e Equip. Industriais	220	222
1.02.04	Intangível	3	3
1.02.04.01	Intangíveis	3	3
1.02.04.01.05	Ágio s/Investimentos	3	3

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	901.929	999.195
2.01	Passivo Circulante	649.545	637.006
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.599	9.740
2.01.01.01	Obrigações Sociais	4.734	8.560
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	865	1.180
2.01.02	Fornecedores	54.024	26.188
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	54.024	26.188
2.01.03	Obrigações Fiscais	45.743	72.980
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	6.994	21.005
2.01.03.01.02	Impostos e Contribuições a Recolher	6.994	21.005
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	28.924	42.307
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	9.825	9.668
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	313.608	295.604
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	295.611	278.318
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	295.611	278.318
2.01.04.02	Debêntures	17.997	17.286
2.01.05	Outras Obrigações	230.571	232.494
2.01.05.02	Outros	230.571	232.494
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	3.317	3.317
2.01.05.02.05	Titulos a Pagar	143.829	133.146
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	83.425	96.031
2.02	Passivo Não Circulante	2.040.812	1.811.637
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	483.019	484.159
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	201.358	210.775
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	201.358	210.775
2.02.01.02	Debêntures	281.661	273.384
2.02.02	Outras Obrigações	502.031	443.098
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	324.479	261.578
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas	730	4.164
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	279.403	175.025
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	44.327	82.370
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	19	19
2.02.02.02	Outros	177.552	181.520
2.02.02.02.03	Impostos e Contribuições a Recolher	177.552	181.520
2.02.04	Provisões	1.055.762	884.380
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	63.233	85.160
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	33.181	35.520
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	21.005	22.004
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	9.047	27.636
2.02.04.02	Outras Provisões	992.529	799.220
2.02.04.02.06	Provisão de Custos e Encargos	12.381	2.303
2.02.04.02.07	Provisão para Passivo a Descoberto	980.148	796.917
2.03	Patrimônio Líquido	-1.788.428	-1.449.448
2.03.01	Capital Social Realizado	543.687	543.687
2.03.02	Reservas de Capital	181.344	181.344

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2.03.02.07	Gastos c/Subscrição de Ações	-3.073	-3.073
2.03.02.08	Reserva de Capital	184.417	184.417
2.03.03	Reservas de Reavaliação	23.887	24.663
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-3.611.691	-3.266.305
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	820.269	818.845
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	254.076	248.318
2.03.07.01	Debêntures Perpétuas	237.162	231.404
2.03.07.02	Créditos quirografários a converter	16.914	16.914

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-274.170	-319.810	-74.107	-109.382
3.04.01	Despesas com Vendas	-55	-115	-25	-32
3.04.01.01	Despesas com vendas	-14	-62	-14	-18
3.04.01.02	Perda no recebimento de credito	-41	-53	-11	-14
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-11.058	-21.763	-6.304	-9.637
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	26.516	29.757	1.490	3.778
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-82.172	-100.875	-3.791	-5.491
3.04.05.02	Outras Despesas Operacionais	-82.172	-100.705	-3.193	-4.672
3.04.05.03	Prov.Futuras Perdas Operacionais	0	-170	-598	-819
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-207.401	-226.814	-65.477	-98.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-274.170	-319.810	-74.107	-109.382
3.06	Resultado Financeiro	-21.471	-26.683	-11.256	-37.184
3.06.01	Receitas Financeiras	10.728	14.603	27	128
3.06.02	Despesas Financeiras	-32.199	-41.286	-11.283	-37.312
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-295.641	-346.493	-85.363	-146.566
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	388	776	-9.100	-4.902
3.08.02	Diferido	388	776	-9.100	-4.902
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-295.253	-345.717	-94.463	-151.468
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-295.253	-345.717	-94.463	-151.468
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-6.436,93	-7.614,5	-2,0594	-3,3554
3.99.01.02	PN	-7.080,62	-8.376,05	-2,2654	-3,6909

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
4.01	Lucro Líquido do Período	-295.253	-345.717	-94.463	-151.468
4.02	Outros Resultados Abrangentes	4.044	5.778	-2.849	-2.149
4.02.01	Ganhos/Perdas Capital s/Coligadas	0	0	-322	-662
4.02.02	Ajuste patrimonial reflexo de investida	0	0	1.040	2.080
4.02.06	Ajuste de avaliação patrimonial	4.044	5.778	-3.567	-3.567
4.03	Resultado Abrangente do Período	-291.209	-339.939	-97.312	-153.617

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2025 à 30/06/2025	01/01/2024 à 30/06/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-68.306	-28.803
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-122.907	-41.848
6.01.01.01	Depreciação e amortização	1.480	1.480
6.01.01.02	Equivalência Patrimonial	226.814	98.000
6.01.01.03	Juros sobre empréstimos	8.231	5.238
6.01.01.05	Lucro líquido do exercício	-346.493	-146.566
6.01.01.06	Provisões (reversões)	-21.927	0
6.01.01.07	Ajuste e ganhos de debentures	8.988	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	54.601	13.045
6.01.02.01	Clientes	37.683	-4
6.01.02.02	Impostos a recuperar	4	6.936
6.01.02.03	Outros créditos	16.260	-76
6.01.02.04	Fornecedores	27.836	679
6.01.02.05	Obrigações sociais	-4.140	823
6.01.02.06	Impostos e contribuições a recolher	-31.205	22
6.01.02.07	Titulos a pagar	10.683	8.112
6.01.02.08	Outras contas a pagar	-12.607	-3.417
6.01.02.09	Titulos a receber	9	0
6.01.02.10	Adiantamentos de clientes	0	-30
6.01.02.11	Provisão de custos e encargos	10.078	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	64.328	-242.433
6.02.01	Operções de mutuo com empresas ligadas	62.901	-242.433
6.02.02	Baixas de investimentos	1.752	0
6.02.03	Ajuste de Avaliação Patrimonial	-325	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	3.979	270.201
6.03.01	Amortização de financiamentos e empréstimos - principal	-355	0
6.03.02	Operação de mutuo com empresas ligadas	0	258.664
6.03.03	Debentures	5.758	11.537
6.03.05	Ajuste de Avaliação Patrimonial	-1.424	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1	-1.035
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	57	1.092
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	58	57

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	540.614	0	176.114	-3.258.002	1.091.826	-1.449.448
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	540.614	0	176.114	-3.258.002	1.091.826	-1.449.448
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	5.758	5.758
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	5.758	5.758
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-345.386	1.424	-343.962
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-345.716	0	-345.716
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	330	1.424	1.754
5.05.02.06	Realização do custo atribuído ao imobilizado	0	0	0	330	-330	0
5.05.02.08	Ajuste de Av. Patrimonial	0	0	0	0	1.754	1.754
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	-776	-776
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	0	-776	-776
5.07	Saldos Finais	540.614	0	176.114	-3.603.388	1.098.232	-1.788.428

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	539.552	0	171.989	-2.943.997	1.102.808	-1.129.648
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	539.552	0	171.989	-2.943.997	1.102.808	-1.129.648
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.062	0	4.125	3.873	-9.060	0
5.04.01	Aumentos de Capital	1.062	0	4.125	0	-5.187	0
5.04.08	Realização da reserva reavaliação	0	0	0	3.541	-3.541	0
5.04.09	Realização do custo atribuído ao imobilizado	0	0	0	332	-332	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-152.955	-662	-153.617
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-151.468	0	-151.468
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-1.487	-662	-2.149
5.05.02.06	Ajuste patrimonial reflexo de investida	0	0	0	2.080	0	2.080
5.05.02.07	Ajuste de avaliação patrimonial	0	0	0	-3.567	0	-3.567
5.05.02.08	Ganhos/ perdas de capital s/ coligadas	0	0	0	0	-662	-662
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	540.614	0	176.114	-3.093.079	1.093.086	-1.283.265

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
7.01	Receitas	-71.001	-1.728
7.01.02	Outras Receitas	-70.948	-1.714
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-53	-14
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-17.602	-6.050
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-17.602	-6.050
7.03	Valor Adicionado Bruto	-88.603	-7.778
7.04	Retenções	-1.479	-1.480
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.479	-1.480
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-90.082	-9.258
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-212.211	-97.872
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-226.814	-98.000
7.06.02	Receitas Financeiras	14.603	128
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-302.293	-107.130
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-302.293	-107.130
7.08.01	Pessoal	2.074	1.735
7.08.01.01	Remuneração Direta	899	867
7.08.01.02	Benefícios	931	769
7.08.01.03	F.G.T.S.	244	99
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-464	4.902
7.08.02.01	Federais	-464	4.902
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	41.814	37.701
7.08.03.01	Juros	41.286	37.312
7.08.03.02	Aluguéis	528	389
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-345.717	-151.468
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-345.717	-151.468

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	440.271	932.845
1.01	Ativo Circulante	154.150	96.883
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	11.833	126
1.01.02	Aplicações Financeiras	127	321
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	127	321
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras	127	321
1.01.03	Contas a Receber	12.704	2.869
1.01.03.01	Clientes	12.704	2.860
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	9
1.01.03.02.02	Titulos e valores mobiliários	0	9
1.01.04	Estoques	12.685	9.365
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	116.801	84.202
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	116.801	84.202
1.01.08.01.02	Créditos de Impostos	65.191	67.549
1.01.08.01.03	Dividendos a Receber	0	14.796
1.01.08.01.04	Outros Créditos	51.610	1.857
1.02	Ativo Não Circulante	286.121	835.962
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	60.701	218.324
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	179	0
1.02.01.04	Contas a Receber	0	133.999
1.02.01.04.01	Clientes	0	133.999
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	60.522	84.325
1.02.01.10.04	Créditos de Impostos	177	0
1.02.01.10.05	Depósitos Judiciais	60.340	77.086
1.02.01.10.06	Outros créditos	5	6.551
1.02.01.10.08	Titulos e Valores Mobiliários	0	688
1.02.02	Investimentos	96.346	105.243
1.02.02.01	Participações Societárias	52.293	51.294
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	37.555	36.557
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	14.738	14.737
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	44.053	53.949
1.02.03	Imobilizado	117.378	120.879
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	117.378	120.879
1.02.03.01.01	Terrenos	14.587	14.587
1.02.03.01.02	Edificações e instalações	75.373	77.460
1.02.03.01.03	Equipamentos e máquinas industriais	25.905	27.287
1.02.03.01.04	Informática e móveis de escritório	259	251
1.02.03.01.05	Outras imobilizações	1.254	1.294
1.02.04	Intangível	11.696	391.516
1.02.04.01	Intangíveis	11.696	391.516
1.02.04.01.03	Intangível	11.696	391.516

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	440.271	932.845
2.01	Passivo Circulante	1.184.930	1.255.766
2.01.02	Fornecedores	80.751	60.231
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	80.751	60.231
2.01.03	Obrigações Fiscais	152.881	159.932
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	83.973	67.999
2.01.03.01.02	Impostos e contribuições a Recolher	83.973	67.999
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	32.766	58.165
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	36.142	33.768
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	441.769	443.353
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	423.772	426.067
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	423.772	426.067
2.01.04.02	Debêntures	17.997	17.286
2.01.05	Outras Obrigações	509.529	592.250
2.01.05.02	Outros	509.529	592.250
2.01.05.02.04	Salários e Encargos Sociais	110.687	159.209
2.01.05.02.06	Dividendos Propostos	3.317	3.341
2.01.05.02.07	Adiantamentos de Clientes	37.234	58.338
2.01.05.02.08	Titulos a pagar	143.829	133.146
2.01.05.02.09	Outras Contas a pagar	214.462	238.216
2.02	Passivo Não Circulante	1.046.384	1.125.609
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	483.019	484.159
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	201.358	210.775
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	201.358	210.775
2.02.01.02	Debêntures	281.661	273.384
2.02.02	Outras Obrigações	369.507	429.728
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	43.911	94.034
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas	940	8.629
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	33.754	82.370
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	9.217	3.035
2.02.02.02	Outros	325.596	335.694
2.02.02.02.03	Impostos e Contribuições a Recolher	309.157	319.302
2.02.02.02.05	Titulos a Pagar	14.960	14.960
2.02.02.02.06	Outras Contas a Pagar	1.479	1.432
2.02.04	Provisões	193.858	211.722
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	181.477	209.419
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	53.537	55.876
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	63.334	70.953
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	51.089	69.679
2.02.04.01.06	Provisão para Passivo a Descoberto	13.517	12.911
2.02.04.02	Outras Provisões	12.381	2.303
2.02.04.02.06	Provisão de Custos e Encargos	12.381	2.303
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-1.791.043	-1.448.530
2.03.01	Capital Social Realizado	541.072	544.605
2.03.01.01	Capital Social	543.687	543.687

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2.03.01.02	Participação dos Minoritários	-2.615	918
2.03.02	Reservas de Capital	181.344	181.344
2.03.02.07	Reserva de Capital	184.417	184.417
2.03.02.08	Gastos com Subscrição de Ações	-3.073	-3.073
2.03.03	Reservas de Reavaliação	23.887	24.663
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-3.611.691	-3.266.305
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	820.269	818.845
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	254.076	248.318
2.03.07.01	Debêntures Perpétuas	237.162	231.404
2.03.07.02	Créditos Quirografários a Converter	16.914	16.914

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.543	2.256	742	2.622
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.720	-3.815	-1.008	-4.936
3.03	Resultado Bruto	-177	-1.559	-266	-2.314
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-222.703	-262.114	-61.588	-81.380
3.04.01	Despesas com Vendas	-386	-930	-173	-441
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-21.255	-37.656	-10.548	-17.841
3.04.02.01	Despesas gerais e administrativas	-19.901	-34.911	-9.096	-14.922
3.04.02.02	Depreciações e amortizações	-1.354	-2.745	-1.452	-2.919
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	441	-39	-11	-11
3.04.03.01	Perdas/Reversões no recebimento de créditos com clientes	441	-39	-11	-11
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	388.295	392.093	1.923	5.347
3.04.04.02	Outras Receitas Operacionais	388.295	392.093	1.923	5.347
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-588.892	-614.202	-5.174	-18.251
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-906	-1.380	-47.605	-50.183
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-222.880	-263.673	-61.854	-83.694
3.06	Resultado Financeiro	-75.605	-86.374	-25.787	-66.866
3.06.01	Receitas Financeiras	14.262	18.442	396	705
3.06.02	Despesas Financeiras	-89.867	-104.816	-26.183	-67.571
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-298.485	-350.047	-87.641	-150.560
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	388	776	-7.497	-3.346
3.08.02	Diferido	388	776	-7.497	-3.346
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-298.097	-349.271	-95.138	-153.906
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-298.097	-349.271	-95.138	-153.906
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-295.253	-345.717	-94.463	-151.468
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-2.844	-3.554	-675	-2.438
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
3.99.01.01	ON	-6.436,93	-7.614,6	-2,0742	-3,3554
3.99.01.02	PN	-7.080,62	-8.376,05	-2,2816	-3,6909

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-298.097	-345.717	-94.463	-151.468
4.02	Outros Resultados Abrangentes	1.909	2.944	-3.486	-4.594
4.02.01	Ganhos/Perdas capital s/coligadas	0	0	-283	-669
4.02.02	Ajuste de exercícios anteriores reflexa	0	0	1.040	2.080
4.02.04	Participação dos minoritários	-2.844	-3.554	-676	-2.438
4.02.06	Ajuste de Av. Patrimonial	4.753	6.498	-3.567	-3.567
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-296.188	-342.773	-97.949	-156.062
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-293.344	-339.219	-97.273	-153.624
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-2.844	-3.554	-676	-2.438

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-225.610	-31.215
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-311.082	-81.108
6.01.01.01	Depreciação e Amortização	3.691	5.316
6.01.01.03	Equivalência Patrimonial	1.380	50.183
6.01.01.04	Participação dos Acionistas Minoritários	3.554	2.438
6.01.01.05	Juros sobre empréstimos	49.900	11.515
6.01.01.07	Provisões/Reversões	-28.548	0
6.01.01.08	Lucro Líquido do Período	-350.047	-150.560
6.01.01.09	Ajuste de ganhos de debentures	8.988	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	85.472	49.893
6.01.02.01	Clientes	124.155	-473
6.01.02.02	Estoques	-3.320	-856
6.01.02.03	Titulos a Receber	9	0
6.01.02.04	Créditos de Impostos	2.181	13.700
6.01.02.05	Despesas Antecipadas	0	314
6.01.02.06	Outros Créditos	16.234	-354
6.01.02.07	Fornecedores	20.520	2.172
6.01.02.08	Obrigações Sociais	-48.521	4.510
6.01.02.09	Impostos e Contribuições a recolher	-17.196	9.279
6.01.02.10	Adiantamento a Clientes	-21.104	2.737
6.01.02.11	Titulos a Pagar	10.683	8.114
6.01.02.13	Outras Contas a Pagar	-23.707	10.750
6.01.02.14	Provisão de custos e encargos	10.078	0
6.01.02.15	Dividendos a receber	14.796	0
6.01.02.16	Dividendos propostos	-24	0
6.01.02.17	Títulos e valores emobiliarios	688	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	294.080	-246.610
6.02.01	Pagamento pela compra de imobilizado	27	0
6.02.02	Operações de Mútuos com Empresas Ligadas	-50.123	-246.610
6.02.06	Baixas de investimentos	8.123	0
6.02.07	Baixas de intangíveis	379.820	0
6.02.08	Ajuste de Avaliação Patrimonial	-855	0
6.02.09	Baixas de imobilizado	-217	0
6.02.10	Valores em garantia na alienação de investimentos	-42.695	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-56.778	277.063
6.03.01	Amortização de juros	-50.476	0
6.03.02	Amortização do Principal s/Financ/Empréstimos	-10.636	0
6.03.03	Operações de Mútuos com Empresas Ligadas	0	265.426
6.03.04	Debentures	5.758	11.537
6.03.06	Captação de financiamento e emprestimo	0	100
6.03.07	Ajuste de Avaliação Patrimonial	-1.424	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	11.692	-762
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	447	2.043
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	12.139	1.281

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	540.614	0	176.114	-3.258.002	1.091.826	-1.449.448	918	-1.448.530
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	540.614	0	176.114	-3.258.002	1.091.826	-1.449.448	918	-1.448.530
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	5.758	5.758	0	5.758
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	5.758	5.758	0	5.758
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-345.386	1.424	-343.962	-3.533	-347.495
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-345.716	0	-345.716	-4.264	-349.980
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	330	1.424	1.754	731	2.485
5.05.02.06	Realização do custo atribuído ao imobilizado	0	0	0	330	-330	0	0	0
5.05.02.07	Ajuste de Av. Patrimonial	0	0	0	0	1.754	1.754	731	2.485
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	-776	-776	0	-776
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	0	-776	-776	0	-776
5.07	Saldos Finais	540.614	0	176.114	-3.603.388	1.098.232	-1.788.428	-2.615	-1.791.043

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	539.552	0	171.989	-2.943.997	1.102.808	-1.129.648	5.001	-1.124.647
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	539.552	0	171.989	-2.943.997	1.102.808	-1.129.648	5.001	-1.124.647
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.062	0	4.125	3.873	-9.060	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	1.062	0	4.125	0	-5.187	0	0	0
5.04.08	Realização da reserva de reavaliação	0	0	0	3.541	-3.541	0	0	0
5.04.09	Realização do custo atribuído ao imobilizado	0	0	0	332	-332	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-152.955	-662	-153.617	-2.445	-156.062
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-151.468	0	-151.468	-2.438	-153.906
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-1.487	-662	-2.149	-7	-2.156
5.05.02.06	Ajuste patrimonial reflexo de invistida	0	0	0	2.080	0	2.080	0	2.080
5.05.02.07	Ganhos/ perdas de capital s/ coligadas	0	0	0	0	-662	-662	-7	-669
5.05.02.08	Ajuste de Av. Patrimonial	0	0	0	-3.567	0	-3.567	0	-3.567
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	540.614	0	176.114	-3.093.079	1.093.086	-1.283.265	2.556	-1.280.709

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2025 à 30/06/2025	01/01/2024 à 30/06/2024
7.01	Receitas	-203.634	1.724
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.859	3.187
7.01.02	Outras Receitas	-206.454	-1.452
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-39	-11
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-46.975	-23.912
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-3.271	-2.346
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-43.704	-21.566
7.03	Valor Adicionado Bruto	-250.609	-22.188
7.04	Retenções	-3.060	-3.516
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.060	-3.516
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-253.669	-25.704
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	17.062	-49.478
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.380	-50.183
7.06.02	Receitas Financeiras	18.442	705
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-236.607	-75.182
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-236.607	-75.182
7.08.01	Pessoal	5.961	5.367
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.143	3.012
7.08.01.02	Benefícios	2.406	2.063
7.08.01.03	F.G.T.S.	412	292
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.322	5.307
7.08.02.01	Federais	1.066	5.112
7.08.02.02	Estaduais	248	179
7.08.02.03	Municipais	8	16
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	105.381	68.050
7.08.03.01	Juros	104.816	67.571
7.08.03.02	Aluguéis	565	479
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-349.271	-153.906
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-345.717	-151.468
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-3.554	-2.438

Comentário do Desempenho

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM
30 JUNHO DE 2025

A Administração da INEPAR S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial, em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e em atendimento integral às disposições da Lei nº 11.638/07 e da Lei nº 11.941/09, bem como aos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, devidamente aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, submete à apreciação dos Senhores acionistas os fatos e eventos relevantes do 2º trimestre de 2025, acompanhados dos **Comentários de Desempenho da Administração, das Demonstrações Financeiras, do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal**, referentes ao período findo em 30 de junho de 2025.

Mensagem da Diretoria

A Administração destaca os principais pontos e desafios previstos para os exercícios de 2025 e 2026, que são os seguintes:

1. Pagamento das dívidas concursais das Classes I e IV ainda remanescentes.

Para liquidação dessas Classes, a companhia está direcionando grande parte dos recursos relativos ao acordo celebrado com o Metrô de São Paulo, onde sua impenhorabilidade já foi declarada, e espera levantar os recursos ainda em 2025.

Ressalta-se que a Companhia liquidará em 01/07/2025 mais de R\$ 200 milhões em passivos Concurais relativos à Classe III, através de mais de uma emissão de debentures conversíveis em ações.

2. Continuidade dos pagamentos das dívidas extraconcursais, por meio do adequado casamento entre os ativos e passivos.

Nesse quesito, o Conselho de Administração decidiu constituir um Comitê financeiro, formado por membros do CA e da Diretoria da Companhia, a fim de estruturar as melhores estratégias de monetização dos ativos, com objetivo de usá-los para o pagamento dos passivos extraconcursais. Tal estratégia, de reprecificação dos ativos, através de pareceres independentes, possibilitará mostrar aos credores a qualidade dos ativos, suas perspectivas de monetização e permitirá a renegociação da dívida, lastreada nessas sólidas expectativas.

Comentário do Desempenho

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM
30 JUNHO DE 2025

3. Aceleração da atividade comercial, com foco na recomposição da carteira de pedidos, por meio da participação em concorrências de grande porte e no fornecimento de pacotes relevantes de projetos de infraestrutura conquistados por empresas parceiras.

O desempenho do segundo semestre tem se mostrado mais promissor que o primeiro, com a obtenção de novos pedidos no montante de R\$ 5 milhões, além do avanço em propostas estratégicas nos setores de Óleo & Gás e Energia.

Com o objetivo de fortalecer essa estratégia de retomada do nível de atividade, o Conselho de Administração constituiu um Comitê de Novos Negócios, formado por membros do CA e da Diretoria da Companhia, buscando não apenas os mercados já tradicionais de atuação da Companhia, como também novos produtos e mercados.

Principais perspectivas setoriais:

Setor de Óleo & Gás: A Companhia está participando de licitações promovidas pela Petrobras, e por outras empresas, para:

- a) Oportunidades de fornecimento por meio da Unidade de Araraquara (fábrica de equipamentos);
- b) Prestação de serviços nas diversas modalidades de EPC, em consórcio e/ou de forma individual.

Setor de Geração de Energia: A Companhia mantém tratativas com detentores de tecnologia, visando parcerias para o LRCAP 26 - Leilão de Reserva de Capacidade (A-5), em processo pela ANEEL, que já aprovou projetos para a instalação de 5.470 MW adicionais em hidrelétricas, existentes, com investimentos estimados em R\$ 19,5 bilhões em 5 anos.

Setor Metroferroviário: Observa-se crescimento de demanda neste segmento e forte participação de empresas estrangeiras. Por meio do financiamento BNDES para esses projetos, o que exige o conteúdo Nacional, nos traz a possibilidade de reativação do parque fabril localizado em Araraquara, especializado nesse segmento nas seguintes formas:

- a) Rede de parceiros e fornecedores destas empresas estrangeiras venham a operar em áreas da unidade de Araraquara;
- b) Fornecimento de partes e peças para truques livres ou de tração, mediante

Comentário do Desempenho

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM
30 JUNHO DE 2025

projeto das próprias empresas estrangeiras ou de seus fornecedores;

c) Fabricação de componentes para a via permanente em construção ou para manutenção das existentes;

d) Fornecimento de serviços de revitalização de truques ferroviários para empresas como Vale, MRS e outras.

Setor de Mineração: Mercado em aquecimento, notadamente em minérios nobres e terras raras, com possibilidade de fornecimento de Equipamentos, ou suas partes e peças para esta aplicação, por meio de empresas de tecnologia que dominam este mercado e processo.

4. Monetização dos ativos judicializados, que somam mais de R\$ 4 bilhões em *claims*, conforme detalhado mais adiante nas Notas do Balanço Gerencial.

5. Aprovação da criação de uma Zona de Processamento de Exportação – ZPE em Araraquara. Outro importante ponto que estamos próximos a uma conquista é a aprovação para a constituição, dentro do nosso site de Araraquara, de uma ZPE (Zona de Processamento de Exportação) com a atração de grandes investimentos para o parque industrial da Inepar. Acredita-se que a aprovação poderá ocorrer até o final de 2025.

O número do Processo referente ao nosso projeto é o 10099.100756/2022-83, protocolado junto à Secretaria Executiva do CZPE, Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio.

A íntegra do Projeto encontra-se disponível no site da INEPAR, (www.inepar.com.br), na área de investidores, publicações e documentos.

Eventos Relevantes do 2º. Trimestre

1) A alienação da participação no Fundo Inhaúma, pertencente à CBD Participações, pelo valor inicial de R\$ 359 milhões, possibilitou a liquidação de passivos concursais e extraconcursais, bem como de obrigações trabalhistas, tributárias, financeiras e com prestadores de serviços, conforme resumo abaixo:

Comentário do Desempenho

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM
30 JUNHO DE 2025

USOS CBD

Valores em R\$
Mil

PASSIVO	VALOR DO PASSIVO AMORTIZADO	VALOR PAGO	GARANTIAS LIBERADAS/ MITIGADAS	OBSERVAÇÃO
Amortização com Ações de terceiros	60.712	60.712	44.000	Liberação ações CBD bloqueadas por credores (Felsberg, Fleury)
Amortização de empréstimos financeiros	22.934	22.934	67.000	Liberação de ativos em garantia
Amortização do passivo previdenciário	33.039	33.039	33.000	Reduz risco sobre o imóvel de Araraquara que está em garantia na Transação / ZPE
Amortização impostos e parcelamentos tributários	6.798	6.798	16.600	Permitiu liberação garantia escrow ICTSI de R\$ 16,6 milhões
Amortização salários e benefícios	34.531	34.531		Mitigação riscos ações trabalhistas
Amortização passivo com ações trabalhistas	203.040	88.932	57.770	Liberação garantia ICTSI e diversas constrições de bens de diretores e acionistas
Acordos sobre passivos extraconcursais	186.920	68.000	170.000	Liberação de avais de diretores e acionistas
Pagamento de despesas vencidas/correntes	35.000	35.000		Mitigação riscos ações cíveis
Passivo CBD (Participação INEPAR)	70.918		70.000	Liberação de avais de diretores e acionistas
Quitação CRI Petrobras - R\$ 130.425.957,13	61.300		130.000	Liberação imóvel que foi objeto da venda para ICTSI
TOTAL	715.192	349.946	588.370	

Esclarecemos que os recursos provenientes da alienação da CBD foram também utilizados para pagamentos de obrigações com partes relacionadas, cujo detalhamento será apresentado no Relatório de Referência.

Comentário do Desempenho

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM
30 JUNHO DE 2025

2) Outra monetização importante foi o acordo com o Metrô de São Paulo, que pôs fim a várias disputas judiciais de parte a parte, gerando uma entrada de caixa de R\$ 75 milhões para a Companhia, a qual está sendo utilizada para liquidação de dívidas Concursais, trabalhistas, financeiras e tributárias.

Desempenho do 1º semestre de 2025

RESULTADO CONSOLIDADO		
Informações Consolidadas (em milhares de reais)		
	2T25	2T24
Receita Operacional Bruta	2.859	3.263
Deduções e impostos sobre a venda	-603	-641
Receita Operacional Líquida	2.256	2.622
Custos dos produtos e serviços	-3.615	-4.936
Lucro Bruto	-1.559	-2.314
Receitas e Despesas Operacionais	-262.114	-81.380
Despesas com vendas	-930	-441
Perdas no recebimento de Crédito	-39	-11
Despesas Administrativas e Gerais	-37.656	-17.841
Provisões de contingências	-170	-819
Outras Receitas e Despesas	-221.939	-12.085
Resultado da Avaliação de investimentos	-1.380	-50.183
Despesas e Receitas Financeiras	-86.374	-66.866
Despesas financeiras	-104.816	-67.571
Receitas financeiras	18.442	705
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	-350.047	-150.560
Imposto de renda e contribuição social	776	-3.346
Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício	-349.271	-153.906

Comentário do Desempenho

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM
30 JUNHO DE 2025

O aumento do prejuízo no 1º semestre de 2025, em relação ao exercício anterior, decorreu principalmente:

- Do reconhecimento de custos vinculados à alienação do investimento na CBD Participações;
- Do impacto das despesas financeiras decorrentes de atualização de passivos financeiros, com destaque para a dívida junto ao BNDES e as dívidas tributárias, conforme demonstrado na tabela abaixo:
- Estorno dos *claims* contabilizados, por se tratar de ativos contingentes ainda em fase de discussão judicial. Não tendo ocorrido a respectiva monetização no período, a Companhia optou, neste trimestre, por estornar o montante de R\$ 133.999, bem como as respectivas provisões de impostos.

A alienação da participação da CBD Participações no Fundo Inhaúma foi inicialmente acordada no montante de R\$ 359,6 milhões, conforme Fato Relevante de 22 de abril de 2025. Entretanto, o valor final da operação foi ajustado para R\$ 348,0 milhões, e posteriormente, acrescido dos ganhos da valorização das cotas do Fundo Inhaúma, perfazendo o montante de R\$ 352,6 milhões, esta redução ocorreu em razão do cumprimento de condições precedentes previstas no contrato de compra e venda, dentre as quais destacam-se a dedução do Imposto de Transmissão de bens imóveis (ITBI), das taxas de Laudêmio, e outras obrigações contratuais.

No âmbito da alienação da participação da CBD Participações, foram reconhecidos, no resultado, os efeitos da baixa do ágio contabilizado por ocasião da aquisição da referida participação, em 2012, gerando um prejuízo de R\$ 37 milhões.

O referido ágio, no montante de R\$ 391,5 milhões, foi registrado à época com base em laudos de avaliação elaborados por empresa independente, conforme previsto no CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios. Em atendimento às disposições do CPC 04 – Ativo Intangível, o ágio foi mantido como ativo até a conclusão da transação, sendo parcialmente amortizado como parte do custo da alienação, impactando a linha de “Outras Receitas e Despesas Operacionais” no exercício de 2025, no montante de 379,8 milhões.

COMENTÁRIOS SOBRE A DRE

Comentário do Desempenho

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM
30 JUNHO DE 2025

Sobre o Resultado

O resultado bruto operacional foi negativo em R\$ 1,6 milhões, frente a R\$ 2,3 milhões no mesmo período do exercício anterior. Tal resultado decorreu, principalmente, do baixo nível de receita alcançado, em função do baixo nível de vendas ocorrido no primeiro semestre.

Outro fator importante que contribui para esse baixo resultado é a ociosidade também relativa ao baixo nível de faturamento, para o qual se espera ter uma discreta recuperação no segundo semestre, com melhorias mais significativas no ano de 2026, em função do já explicado sobre a atividade comercial.

No acumulado do 1º semestre de 2025, a Companhia apresentou prejuízo de R\$ 349,3 milhões, em comparação a R\$ 153,9 milhões apurado no mesmo período de 2024.

Sobre as Despesas Gerais e Administrativas

A variação de R\$ 19.815 refere-se principalmente aos itens da tabela abaixo:

Despesas Administrativas e Gerais	2T25	2T24
Honorários dos Administradores	-735	-638
Salários, Encargos e Benefícios	-6.080	-5.246
Serviços Profissionais Pessoa Jurídica e Física	-25.566	-7.423
Outras despesas	-5.275	-4.534
Total	-37.656	-17.841

O aumento significativo nas despesas com honorários profissionais não possui caráter recorrente, uma vez que se refere aos honorários advocatícios de êxito relacionados aos acordos firmados com o Metrô - SP e com a Swiss - Re.

Sobre as Outras Receitas e Despesas

A variação de R\$ 209.854 deveu-se principalmente dos itens da tabela abaixo:

Comentário do Desempenho

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM
30 JUNHO DE 2025

	2T25	2T24
Outras Receitas e Despesas	-221.939	-12.085
Outras Despesas		
1) Custos e despesas com a venda do Ativo CBD	-389.715	-
2) Estorno dos claims contingentes	-133.999	-
3) Despesas relativas a acordos judiciais	-32.815	-2.100
4) Despesas com processos tributários	-15.216	-8.956
5) Despesas com FIDC Taranis	-10.072	-
6) Despesas com processos trabalhistas	-7.673	-
7) Estorno de dividendos a receber	-14.796	0
8) Diversos	-9.746	-6.379
Total	-614.032	-17.435
Outras Receitas		
Receitas com Venda do Ativo CBD	352.564	-
Reversão provisões cíveis e trabalhistas	37.602	3.018
Receitas com alugueis	1.837	1.227
diversos	90	1.105
Total	392.093	5.350

Outras Despesas

A alienação do Ativo CBD gerou um prejuízo de R\$ 37.151 (R\$ 389.715 de despesa – R\$ 352.564 de receita), decorrente da baixa do ágio e da baixa parcial dos investimentos.

Outro item importante foi o estorno dos claims contingentes que estavam contabilizados no valor de R\$ 133.999. Esse estorno deveu-se a falta de expectativa concreta de realização, em função de serem ativos judicializados.

O valor de R\$ 30.715 (R\$ 32.815 – R\$ 2.100) refere-se principalmente a honorários relativos aos acordos administrativos de pagamento de dívidas, bem como pagamento de dívidas vencidas junto a prestadores de serviços, se configurando como despesas não recorrentes.

Relativo ao acréscimo de R\$ 6.260 (R\$ 15.216 – R\$ 8.956) refere-se a processos tributários que foram parcelados.

O valor de R\$ 10.072 refere-se ao reconhecimento das despesas incorridas junto ao FIDC Taranis, relativas aos prestadores de serviços, e que não haviam sido reconhecidas nos balanços anteriores.

Comentário do Desempenho

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM
30 JUNHO DE 2025

O valor de R\$ 7.673, relativo a despesas com processos trabalhistas, refere-se ao pagamento de ações trabalhistas não contingenciadas e, portanto, não recorrentes.

O valor de R\$ 14.796 refere-se à baixa, por impairment, dos dividendos devidos pela QGI OIL & GAS INC., por falta de evidências de realização.

Outras Receitas

O valor de R\$ 352.562 refere-se a receita relativa à venda da participação do Fundo Inhaúma.

A variação da Reversão das provisões contingenciadas cíveis e trabalhistas no valor de R\$ 34.585 (R\$ 37.602 – R\$ 3.017), refere-se principalmente a reversão de provisões de processos cíveis e trabalhistas que foram liquidados com a alienação do ativo CBD.

Sobre as Receitas e Despesas financeiras

A variação de R\$ 37.245 (R\$ 104.816 – R\$ 67.571) deveu-se principalmente aos itens da tabela abaixo:

	2T25	2T24
Receitas e Despesas Financeiras	-86.374	-66.866
Despesas Financeiras		
1) Atualização das obrigações fiscais e tributárias	-16.648	-23.607
Descontos obtidos em parcelamentos tributários	9.231	-
Saldo da conta	-7.417	-23.607
2) Atualizações de acordos trabalhistas	-3.592	-6
3) Atualização de passivos financeiros (BNDES, Debentures, outros)	-88.142	-41.931
4) Diversos	-5.665	-2.027
Total	-104.816	-67.571
Receitas Financeiras		
1) Atualização de depósitos judiciais Swiss Re e Metrô	10.609	-
2) Receita sobre os ativos que compuseram acordo Metrô	3.125	-
3) Descontos obtidos	3.877	26
4) Diversos	831	679
Total	18.442	705

Comentário do Desempenho

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

Em Recuperação Judicial

CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO

ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM

30 JUNHO DE 2025

Principais variações nas contas Patrimoniais

Ativo				
Ativo Circulante	JUN/25	DEZ/24	VARIAÇÃO	
Caixa e equivalentes de caixa	11.960	447	11.513	A variação do saldo em 31 de dezembro 2024 de R\$ 447 para R\$ 12.139 em 30 de junho de 2025, deveu-se aos recursos obtidos pela venda da participação no Fundo de Investimento Inhaúma, conforme descrição constante na nota explicativa nº 11, de investimentos.
Contas a receber de clientes	12.704	2.860	9.844	A variação ocorreu principalmente devido aos valores referentes ao Termo de Pagamento de Transação e Quitação, firmado com o Metrô-SP, no montante de R\$ 6,7 milhões, correspondentes à 4ª e 5ª parcelas, com vencimentos previstos para julho e agosto de 2025.
Estoques	12.685	9.365	3.320	A variação ocorrida na rubrica de Produtos em Elaboração decorre da apropriação de custos incorridos em projetos em andamento, para os quais ainda não houve emissão das respectivas faturas ou reconhecimento de receita, conforme os critérios estabelecidos .
Dividendos a receber	-	14.796	(14.796)	Baixa por "impairment", dos valores devidos pela QGI OIL & GAS INC. por falta de evidencias de realização.
Outros créditos	51.610	1.857	49.753	O principal motivo da variação dessa conta refere-se a garantia constituída durante a negociação da alienação do Estaleiro Inhaúma, celebrada com a ICTSI, no montante de R\$ 57,7 milhões, com vigência de cinco anos, destinada à liquidação de ações trabalhistas.
Ativo não circulante				
Contas a receber clientes	-	133.999	(133.999)	Por se tratar de ativos contingentes, claims em discussão judicial e, não tendo ocorrido a respectiva monetização no período, a Companhia optou, neste trimestre, por estornar o montante de R\$ 133.999, bem como as respectivas provisões de impostos.
Depósitos judiciais	60.340	77.086	(16.746)	A redução dessa conta refere-se principalmente aos levantamentos ocorridos nos acordos com Swiss Re e Metrô-SP.
Outros créditos	5	6.551	(6.546)	Redução em virtude do acordo efetuado com o Metrô-SP
Intangível	11.696	391.516	(379.820)	Em decorrência da alienação da participação de 37,812% no patrimônio líquido do Fundo de Investimentos Imobiliários Inhaúma, procedeu-se à baixa proporcional do ágio registrado por ocasião da aquisição da participação no Estaleiro, em contrapartida da conta de Outras receitas e despesas.

Comentário do Desempenho

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

Em Recuperação Judicial

CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO

ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM

30 JUNHO DE 2025

Passivo				
Passivo Circulante				
Obrigações sociais e trabalhistas	110.687	159.209	(48.522)	O saldo no consolidado em 30/06/2025, no montante de R\$ 110.688, apresentou uma redução em relação ao período de 31/12/2024, em razão das liquidações das verbas rescisórias, dos pagamentos do FGTS em atraso e de demais obrigações trabalhistas, liquidados com a utilização de recursos recebidos pela verda da participação da CBD, e acordos com o Metrô-SP e Swiss Re.
Adiantamentos de clientes	37.234	58.338	(21.104)	A variação dos saldos, de R\$ 58.338 em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 37.234 em 30 de junho de 2025, decorre da baixa dos valores recebidos da empresa ICTSI América B.V., a título de antecipação das negociações relativas ao Estaleiro Inhaúma. Conforme previsto em contrato, os valores adiantados seriam deduzidos do preço final da transação, caso a alienação do Estaleiro fosse concluída. Alternativamente, na hipótese de não concretização da venda, tais valores seriam considerados adiantamentos referentes aos aluguéis do Estaleiro. Com a conclusão das negociações em abril de 2025, os valores adiantados foram abatidos do preço final da transação.
Títulos a pagar	143.829	133.146	10.683	A variação decorre da atualização monetária de valores relativos a passivos extraconcursais.
Outras contas a pagar	214.462	238.216	(23.754)	a) A variação ocorreu por conta do acordo com a Swiss-Re, cujo valor foi transferido para a conta de fornecedores. b) Baixa da provisão relacionada às despesas não incorridas no imóvel de Magé
Não circulante				
Exigível a longo prazo				
Partes relacionadas	43.911	94.034	(50.123)	A redução deve-se aos pagamentos efetuados entre as empresas por conta dos recursos recebidos pela alienação da participação na CBD e acordos efetuados com a Swiss-Re e Metrô-SP
Provisão de custos e encargos	12.381	2.303	10.078	A variação refere-se, às despesas administrativas incorridas pelo Fundo Taranis desde a sua constituição, e contabilizadas em conta de provisões para despesas no presente exercício.
Provisões para contingências	167.960	196.508	(28.548)	Redução em função de acordos efetuados tendo em vista os recebimentos dos recursos recebidos pela alienação na participação da CBD e acordos efetuados com a Swiss-Re e Metrô-SP

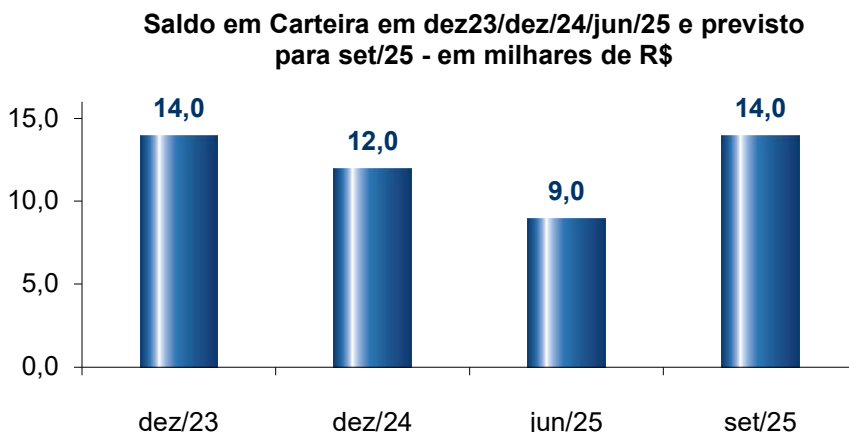
Carteira de Pedidos

A carteira de pedidos, ao final do 2º ITR de 2025, apresentou redução em comparação aos valores registrados nos exercícios anteriores, conforme demonstrado a seguir, e incluindo ainda a previsão para setembro de 2025:

Comentário do Desempenho

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM
30 JUNHO DE 2025



Após um primeiro semestre muito inferior ao realizado nos exercícios anteriores, não obstante o volume de atividade estar muito aquém do esperado, a carteira começou um processo de recuperação no segundo semestre de 2025 já com reflexos em setembro/25. Conforme explicado na Mensagem da Diretoria, esperamos terminar o ano de 2025 com um nível de atividade previsto para 2026, melhor que 2023 e 2024, impulsionado também pelas conquistas esperadas do novo Comitê de novos negócios.

Balanco Gerencial

Apresentamos a seguir **o Balanço Gerencial de 30 de junho de 2025**, comparando os períodos de 30 de junho de 2024 e 31 de março de 2025, considerando-se apenas os valores dos seguintes ativos:

- (i) ativos monetizáveis vinculados ao FIDC Taranis; e
- (ii) ativos monetizáveis não vinculados ao referido FIDC.

Nenhum desses ativos foi registrado no Balanço Patrimonial auditado, ainda que todos os custos a eles relacionados tenham sido devidamente reconhecidos e contabilizados, bem como nenhuma projeção de resultados operacionais foram projetadas.

A elaboração desta informação decorre das orientações de nossos auditores independentes, em observância às restrições impostas pelas normas contábeis vigentes, as quais, em razão de seu caráter conservador e rigor técnico, não permitem o reconhecimento de ativos contingentes que ainda não possuam decisão

Comentário do Desempenho

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

Em Recuperação Judicial

CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO

ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM

30 JUNHO DE 2025

transitada em julgado ou definitiva em última instância.

Entendemos, contudo, que o Balanço Gerencial reflete, de forma mais adequada a posição patrimonial da Companhia, considerando a realização, em bases conservadoras, dos ativos aqui projetados.

Sobre os valores dos claims, classificados com possíveis e prováveis, constituímos provisões do IRPJ e CSLL, além de 4,65% referente ao Pis e da Cofins.

Seguindo os mesmos critérios do balanço societário, efetuamos registro de impostos a recuperar de 30% sobre as provisões do IRPJ e CSLL.

Balanço Patrimonial - Gerencial									
Período findo em 30 de junho de 2025									
(Em milhares de reais)									
	Consolidado em 30 de junho de 2025			Consolidado em 30 de junho de 2024			Consolidado em 31 de março de 2025		
	Balanço Patrimonial	Claims + FIDC	Balanço Patrimonial com inclusão dos Claims	Balanço Patrimonial	Claims + FIDC	Balanço Patrimonial com inclusão dos Claims	Balanço Patrimonial	Claims + FIDC	Balanço Patrimonial com inclusão dos Claims
ATIVO									
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	11.960	-	11.960	1.279	-	1.279	691	-	691
Contas a receber de clientes	12.704	-	12.704	1.139	-	1.139	4.717	-	4.717
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	9	-	9	9	-	9
Estoques	12.685	-	12.685	11.281	-	11.281	10.824	-	10.824
Tributos a recuperar	65.191	-	65.191	68.451	-	68.451	66.846	-	66.846
Dividendos a receber	-	-	-	14.796	-	14.796	14.796	-	14.796
Outros créditos	51.610	-	51.610	1.913	-	1.913	10.019	-	10.019
Total do Ativo Circulante	154.150	-	154.150	98.868	-	98.868	107.902	-	107.902
Não Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	179	-	179	-	-	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	-	-	-	133.999	-	133.999	133.999	-	133.999
Títulos e valores mobiliários	-	692.863	692.863	688	861.000	861.688	688	660.000	660.688
Impostos a recuperar	177	204.807	204.984	81.290	226.065	307.355	176	210.075	210.251
Depósitos judiciais	60.340	-	60.340	75.699	-	75.699	53.893	-	53.893
Outros créditos	5	1.412.966	1.412.971	6.579	1.463.409	1.469.988	6.551	1.500.000	1.506.551
Investimentos	96.346	-	96.346	186.999	-	186.999	106.600	-	106.600
Imobilizado	117.378	-	117.378	123.955	-	123.955	119.343	-	119.343
Intangível	11.696	-	11.696	391.530	-	391.530	391.516	-	391.516
Total do Ativo Não Circulante	286.121	2.310.636	2.596.757	1.000.739	2.550.474	3.551.213	812.766	2.370.075	3.182.841
Total do Ativo	440.271	2.310.636	2.750.907	1.099.607	2.550.474	3.650.081	920.668	2.370.075	3.290.743

Comentário do Desempenho

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

Em Recuperação Judicial

CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO

ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM

30 JUNHO DE 2025

		Consolidado em 30 de junho de 2025			Consolidado em 30 de junho de 2024			Consolidado em 31 de março de 2025		
		Balanco Patrimonial	Claims + FIDC	Balanco Patrimonial com inclusão dos Claims	Balanco Patrimonial	Claims + FIDC	Balanco Patrimonial com inclusão dos Claims	Balanco Patrimonial	Claims + FIDC	Balanco Patrimonial com inclusão dos Claims
PASSIVO										
Circulante										
	Fornecedores	80.751	-	80.751	67.251		67.251	55.081		55.081
	Instituições financeiras	423.772	-	423.772	399.060		399.060	439.317		439.317
	Debêntures	17.997	-	17.997	16.652		16.652	17.660		17.660
	Obrigações sociais e trabalhistas	110.687	-	110.687	157.139		157.139	136.227		136.227
	Obrigações fiscais e tributárias	152.881	-	152.881	136.661		136.661	153.702		153.702
	Dividendos propostos	3.317	-	3.317	3.341		3.341	3.341		3.341
	Adiantamentos de clientes	37.234	-	37.234	38.748		38.748	102.178		102.178
	Títulos a pagar	143.829	-	143.829	124.602		124.602	138.398		138.398
	Outras contas a pagar	214.462	-	214.462	181.943		181.943	239.472		239.472
	Total do Passivo Circulante	1.184.930	-	1.184.930	1.125.397		1.125.397	1.285.376		1.285.376
Não Circulante										
	Instituições financeiras	201.358	-	201.358	217.459		217.459	204.487		204.487
	Debêntures	281.661	-	281.661	266.073		266.073	277.459		277.459
	Obrigações fiscais e tributárias	309.157	-	309.157	332.604		332.604	328.092		328.092
	Partes relacionadas	43.911	-	43.911	146.033		146.033	88.937		88.937
	Títulos a pagar	14.960	-	14.960	14.960		14.960	14.960		14.960
	Tributos diferidos	-	-	-	81.114		81.114	-		-
	Provisão de custos e encargos	12.381	780.610	792.991	2.303	861.637	863.940	11.078	800.690	811.768
	Provisões para contingências	167.960	-	167.960	180.637		180.637	194.169		194.169
	Provisão passivo a descoberto	13.517	-	13.517	12.339		12.339	12.997		12.997
	Outras contas a pagar	1.479	-	1.479	1.397		1.397	1.460		1.460
	Total do Passivo Não Circulante	1.046.384	780.610	1.826.994	1.254.919		2.116.556	1.133.639		1.934.329
Patrimônio Líquido										
	Participação dos minoritários	(2.615)		(2.615)	2.556		2.556	219		219
	Patrimônio líquido da controladora									
	Capital social	543.687	-	543.687	543.687		543.687	543.687		543.687
	Gasto com subscrição de ações	(3.073)	-	(3.073)	(3.073)		(3.073)	(3.073)		(3.073)
	Reserva de capital	184.417	-	184.417	184.417		184.417	184.417		184.417
	Reserva de reavaliação	23.887	-	23.887	25.438		25.438	24.275		24.275
	Debêntures perpétuas	237.162	-	237.162	231.404		231.404	231.404		231.404
	Créditos quirografários a converter	16.914	-	16.914	16.914		16.914	16.914		16.914
	Prejuízos acumulados	(3.611.691)	1.530.026	(2.081.665)	(3.101.382)	1.688.839	(1.412.543)	(3.316.604)	1.569.387	(1.747.217)
	Ajuste de avaliação patrimonial	820.269	-	820.269	819.330		819.330	820.414		820.414
	Adto p/ Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-		-	-		-
		(1.788.428)	1.530.026	(258.402)	(1.283.265)		405.574	(1.498.566)		70.821
	Total do Patrimônio Líquido	(1.791.043)	1.530.026	(261.017)	(1.280.709)		408.130	(1.498.347)		71.040
	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	440.271	2.310.636	2.750.907	1.099.607		3.650.081	920.668		3.290.743

Notas explicativas relativas ao Balanço Gerencial

01- Pleitos com Clientes

Os critérios contábeis vigentes no Brasil não permitem que se contabilizem ativos contingentes que não tenha certeza quanto à monetização, ao valor ou ao prazo. Isso não permite que a Companhia apresente uma demonstração mais adequada da sua situação patrimonial, não proporcionando ao mercado uma visão apurada de futuro.

Entretanto, considerando a probabilidade histórica de êxito, tais valores foram incluídos no Balanço Gerencial da Inepar S/A. Indústria e Construções - Em Recuperação Judicial, com o intuito de evidenciar a variação patrimonial provável, baseada na monetização parcial desses Claims, que atualmente se encontram nos mais variados estágios de discussão judicial.

Comentário do Desempenho

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM
30 JUNHO DE 2025

Os pleitos referem-se a discussões relativas a alterações de escopo e de preços em contratos de prestação de serviços e de fornecimento de equipamentos já encerrados com clientes do Grupo Inepar.

Os valores estão demonstrados na linha de “Outros Créditos”, considerando o valor provável e possível de recebimentos de R\$ 1,4 bilhão, de um total em discussão de R\$ 2,9 bilhões, correspondente a uma expectativa de êxito de aproximadamente 52%, em linha com a média histórica da Companhia. A posição é representada conforme segue:

- Valor histórico dos claims: **R\$ 480 milhões**
- Valor atualizado dos claims: **R\$ 2.956 milhões**
- Provável recebimento: **R\$ 1.000 milhões**
- Possível recebimento: **R\$ 412 milhões**
- Remoto recebimento: **R\$ 213 milhões**

A classificação entre provável, possível ou remota decorre dos relatórios mensais emitidos pelos advogados patronos dos processos judiciais. Os valores atribuídos resultam tanto da média histórica de êxitos dos pleitos quanto da análise da probabilidade de celebração de acordos administrativos.

02- FIDC Taranis

Na rubrica de Títulos e Valores Mobiliários estão lançados os ativos aportados no FIDC Taranis-NP, também representados por aditivos contratuais em discussões jurídicas e administrativas. Os estágios atuais dessas ações judiciais vão desde perícia em andamento até decisões em primeira e segunda instâncias.

O FIDC Taranis é constituído sob a forma de condomínio fechado, e destina-se exclusivamente a investidores qualificados, tal como definidos pela legislação vigente.

Quando da sua constituição, as Companhias realizaram aportes de Claims no

Comentário do Desempenho

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM
30 JUNHO DE 2025

montante de R\$ 619,1 milhões, por meio de créditos oriundos dos processos judiciais em andamento, que totalizam hoje R\$ 1,6 bilhões. A eficácia de monetização destes ativos é historicamente comprovada em patamar superior a 60%. Empresas especializadas avaliaram tais créditos pelo valor de face, aplicando desconto superior a 40% em razão de eventuais insucessos.

Nossa expectativa de monetização é da ordem de R\$ 692 milhões, ao longo dos próximos anos, assim representados:

- Valor histórico dos claims: **R\$ 225 milhões**
- Valor quando da constituição: **R\$ 880 milhões**
- Valor atualizado dos claims: **R\$ 1.625 milhões**
- Provável recebimento: **R\$ 448 milhões**
- Possível recebimento: **R\$ 244 milhões**
- Remoto recebimento: **R\$ 157 milhões**

Por se tratar de créditos em discussão judicial, ainda sem decisão definitiva, tais ativos configuram **ativos contingentes** e, em conformidade com os pronunciamentos contábeis aplicáveis (CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes), não são passíveis de reconhecimento no Balanço Patrimonial auditado.

Conforme informado na Mensagem da Diretoria, um Comitê Financeiro foi formado com o intuito de analisar a carteira de Claims, buscando a confirmação, por empresas especializadas, dos montantes possíveis de recuperação com objetivo de utilizá-los na negociação dos passivos extraconcursais.

Da Continuidade das operações

No curto prazo, a Companhia, através da sua Diretoria e dos Comitês Financeiro e de Novos Negócios, estabeleceu como principais objetivos estratégicos:

Comentário do Desempenho

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM
30 JUNHO DE 2025

- **Recomposição da carteira de pedidos**, com o propósito de promover o equilíbrio do fluxo de caixa operacional;
- **Retomada das cotações de produtos e serviços junto à Petrobras e ao Setor de Energia**, seja de forma direta ou por meio de parcerias comerciais estratégicas;
- **Reativação do setor metroferroviário**, por intermédio da atração de um grande player para o site de Araraquara, possibilitando a retomada da utilização plena da capacidade instalada;
- **Conclusão favorável do processo de alienação das UPI's IPM e IOG**, em linha com as diretrizes do Plano de Recuperação Judicial;
- **Renegociação com os principais credores extraconcursais**, de modo a compatibilizar os ativos e passivos, assegurando maior equilíbrio financeiro;
- **Renegociação da dívida com o BNDES**, com vistas à readequação das condições financeiras e à preservação da liquidez;
- **Monetização de ativos judicializados**, cujo valor total supera R\$ 4 bilhões, constituindo relevante fonte de fortalecimento patrimonial;
- **Monetização de outros ativos de propriedade da Companhia**, já em andamento, inserida no contexto do processo de Recuperação Judicial, com vistas à recomposição da estrutura de capital;
- **Aprovação da instalação de uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no site de Araraquara**, iniciativa destinada a atrair novos investimentos e ampliar a competitividade industrial, contando já com manifestações de interesse e estudos preliminares conduzidos por investidores de grande porte.

Comentário do Desempenho
INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM
30 JUNHO DE 2025

AUDITORIA EXTERNA

Em atendimento às disposições da Resolução da CVM nº 162, de 13 de julho de 2022, a INEPAR informa que no período encerrado em 30 de junho de 2025, não houve a prestação de qualquer serviço que não seja o de auditoria das demonstrações financeiras pela Muller & Prei Auditores Independentes S/S.

A Companhia adota como política atender às regulamentações que definem as restrições de serviços dos Auditores Independentes.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e de suas controladas foram auditadas em conformidade com as Normas internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ressalta-se que as informações de natureza não financeiras, assim como as demais informações operacionais, não foram objeto de auditoria ou revisão pelos auditores independentes.

Declaração da Administração sobre as Demonstrações Financeiras e Parecer dos Auditores Independentes

Em observância às normas e disposições da CVM, a Diretoria declara que discutiu, reviu e aprovou as demonstrações financeiras referentes ao período findo em 30 de junho de 2025 e com referência às opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, informa que compreende os critérios técnicos utilizados pelos auditores para emissão do parecer, porém entende que a Companhia apresenta as condições necessárias para a continuidade das suas operações, de acordo com o que diz o próprio parecer dos auditores independentes *“a Companhia vem realizando sua carteira de projetos junto aos clientes, bem como monetizando parte de seus ativos, principalmente quanto aos “Claims” e, com esses recursos, pagando suas despesas operacionais e liquidando as obrigações do Plano de Recuperação Judicial. Tais fatores, à medida que forem sendo efetivados, contribuirão para o aumento da ocupação da capacidade fabril, a níveis satisfatórios e ao encerramento do processo de recuperação judicial.”* conforme demonstrado ao longo deste Relatório e principalmente no Balanço projetado.

Comentário do Desempenho

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM
30 JUNHO DE 2025

Sempre respeitando as orientações dos nossos Auditores Independentes Muller & Prei, a Administração da Companhia, com o compromisso de máxima transparência e realidade do nosso relatório, se permite esclarecer e adicionar informações de grande importância, consubstanciadas em notas explicativas e técnicas, além da documentação apensada, permitindo o exercício de um Balanço gerencial que demonstra a situação real das empresas, com a consideração de tais informações factuais.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2025**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 1 - Contexto Operacional

A Inepar S.A Indústria e Construções é uma Companhia de capital aberto e está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob. nº 76.627.504/0001-06, e NIRE – Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 41 3 0029559-0. Está sediada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho nº 373, conjunto nº 1101, 11º andar, Centro, CEP 80410-180.

A Companhia tem como atividade a criação de soluções integradas, fabricação e o fornecimento de equipamentos e serviços destinados à geração, transmissão, distribuição e consumo de energia elétrica; exploração e beneficiamento de petróleo e gás; infraestrutura para movimentação de cargas; transporte ferroviário e metroviário; implantação e expansão de sistemas de infraestrutura para telecomunicações; participação em consórcios e em outras sociedades, no país e no exterior, na qualidade de sócio quotista ou acionista. Tais atividades são desempenhadas diretamente pela Companhia ou através de empresas controladas ou ligadas.

Nesse sentido, as empresas das Organizações Inepar detêm tecnologia, acervo técnico e capacidade fabril suficientes para atender a uma alta demanda do mercado de infraestrutura.

Apesar do processo de Recuperação Judicial, iniciado em 2014, a empresa conseguiu preservar seus principais ativos e acervos técnicos, e é nesse contexto que as empresas das Organizações Inepar/lesa se apresentam como uma excelente alternativa.

Também faz parte da nossa história a busca por novos parceiros e mercados, e neste momento, estamos buscando parcerias importantes nas áreas de saneamento, manutenção de equipamentos de transporte ferroviários entre outros.

Nota 1.1 Processo Global da Reestruturação e Recuperação Judicial

Em 29/08/14, a Inepar S.A. Indústria e Construções, ajuizou em conjunto com as demais empresas das Organizações Inepar, pedido de recuperação judicial nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei 11.101/2005.

Em 15/09/14, foi proferida decisão deferindo, nos termos do artigo 52 da Lei 11.101/2005 (a LFRE), o processamento do pedido de recuperação judicial ajuizado pela Inepar S.A. Indústria e Construções e demais empresas.

A Inepar, cumprindo os compromissos assumidos no Plano de Recuperação Judicial, efetuou diversas alienações das suas participações, dentre as quais destacamos:

- Venda da participação acionária da lesa no capital da TIISA-Infraestrutura e Investimentos S.A.
- Venda da participação acionária da Inepar no capital da Inepar Telecomunicações S.A.
- Venda da participação acionária da Inepar no capital da Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A.
- Alienação da participação acionária da Penta Participações e Investimentos Ltda. no capital das Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. (atual Energisa Mato Grosso S.A.).
- Venda da participação acionária da lesa no capital da Inepar Capacitores S.A.
- Venda de parte das máquinas e parte do imóvel (fábrica) que compõem a UPI IPM de Araraquara.
- Venda da participação acionária no Fundo Inhaúma.

Em 21/05/18 foi realizado o leilão da UPI que compreendeu os seguintes ativos:

1-Parcela da UPI IPM, que compreendem apenas ativos relativos à unidade de produção de hidro geração.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2-Fração da planta de Araraquara, constituída por uma área equivalente a (i) 54.017,20 metros quadrados de área coberta; e (si) 35.421,02 metros quadrados de área descoberta; totalizando 89.438,22 metros quadrados. Vale destacar que a planta de Araraquara foi desmembrada em partes, na forma de condomínio indústria.

Outro item importante que destacamos refere-se as emissões das debêntures perpétuas conversíveis em ações, remuneradas por lucros, sem desconto no valor de face das dívidas novadas e com elementos de melhores práticas de governança corporativa.

Houve ainda a constituição do FIDC (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase final de negociação dos créditos. Estes créditos serão utilizados principalmente para liquidação de passivos juntos aos bancos e demais credores.

Além dos créditos em discussão, integralizados no FIDC Taranis, a empresa possui também um volume muito grande de outros créditos da mesma categoria que da mesma forma, serão utilizados para a liquidação das dívidas concursais e extraconcursais da Companhia.

As Organizações Inepar/lesa têm demonstrado uma excelente performance na monetização destes ativos (claims) ao longo da sua história e não foi diferente durante esse período de recuperação judicial, com monetizações que chegam aproximadamente a R\$ 1 bilhão, com média de recuperação dos ativos de R\$ 250 milhões por ano nos últimos 3 anos.

As Organizações Inepar/lesa, mantêm seu interesse na alienação das UPI's IPM e IOG, visando à obtenção de recursos para o cumprimento final das obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial, bem como, para prosseguir com os planos futuros da retomada do crescimento.

Em 07/11/2022, a Companhia, cumprindo prazo processual, peticionou ao Juiz da Recuperação Judicial, o total cumprimento das obrigações relativas ao biênio de fiscalização, nas classes I, II, III e IV, o que possibilita, a critério do Juiz o encerramento do processo de Recuperação Judicial.

Em 03 de maio de 2023, a Companhia emitiu Fato Relevante, informando ter recebido nova proposta da Euroinvest para a alienação das UPI's PM e IOG, pelo valor de US\$ 160 milhões de dólares americanos.

Em agosto de 2023, a Inepar recebeu uma nova proposta da Euroinvest, para comprar as UPI's IPM e IOG, desta vez, propondo um depósito de US\$ 7,65 milhões, representando 5% do valor da oferta de US\$ 153 milhões, como sinal, em uma conta caução, enquanto realizava o "due diligence" sobre os ativos.

Em 07 de outubro de 2024, a Euroinvest requereu dilação de prazo para realização do pagamento da UPI IPM IOG, justificando que o atraso decorria de entraves burocráticos na abertura de conta Escrow Account, em função da troca do banco anterior para o Banco Santander, fato que gerou mais atrasos no cumprimento das questões burocráticas e de compliance financeiro internacional.

Em 24 de março de 2025, a Companhia informou que, até a presente data, a Euroinvest não havia realizado o pagamento da UPI IPM IOG, estando pendente de decisão judicial o desfecho da alienação.

Em 04 de abril de 2025, a Companhia peticionou requerendo a intimação da Euroinvest para que informasse o prazo necessário para resolução das questões bancárias e a data final para efetivação do pagamento.

Em 04 de junho de 2025, foi publicado despacho judicial autorizando a Companhia a tratar da alienação da UPI IPM IOG junto a outros interessados, sendo, todavia, facultada à Euroinvest concluir o depósito do montante, com

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

preferência, no prazo de 90 dias, e, sem preferência, após o referido prazo. Atualmente encontra se pendente de pagamento a proposta da Euroinvest, para aquisição das UPI's IPM e IOG.

Conforme demonstrado abaixo, aproximadamente 99% da dívida exigível para encerramento já foi devidamente liquidada, e a Companhia vem buscando uma composição junto ao BNDES para sanar definitivamente os seus débitos.

RJ GRUPO INEPAR - CONCURSAL				
Classe	Saldo devido incontroverso dentro do biênio (R\$ M)	Saldo devido incontroverso fora do biênio (R\$ M)	Saldo total devido (R\$ M)	Valor pago até o momento (R\$)
Classe I	-	R\$ 38,1	R\$ 38,1	R\$ 147,2
Classe II	R\$ 28,2 Depositado Judicialmente	Em discussão BNDES	-	R\$ 227,7
Classe III	-	-	-	R\$ 1.993,7
Classe IV	-	R\$ 13,5	R\$ 13,5	R\$ 27,2
TOTAL	-	R\$ 51,6	R\$ 51,6	R\$ 2.395,8

A Companhia continua empenhada em recompor a sua carteira de pedidos, visando gerar novos empregos, bem como, equilibrar o seu fluxo de caixa, e tem como objetivo encerrar a sua recuperação judicial no menor prazo possível, através da busca contínua por novos clientes, novos mercados e novos parceiros estratégicos.

Nota 2- Bases de Preparação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas ("demonstrações financeiras") foram elaboradas considerando todas as informações relevantes da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A aprovação e autorização para emissão destas demonstrações financeiras ocorreram na reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de outubro de 2025.

A Administração avaliou a capacidade de continuidade da Companhia e de suas controladas, estando convencida de que possui os recursos necessários e capacidade de desenvolver seus negócios no futuro de forma contínua, não havendo conhecimento de incertezas que possam gerar dúvidas significativas em relação à sua continuidade.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.2 As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas compreendem:**a) Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora**

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente, "CPCs") emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

b) Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia e de suas Controladas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* - IASB e bem como de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente "CPCs") emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Nota 3– Políticas Contábeis Materiais**3.1. Demonstrações Financeiras Consolidadas**

As Demonstrações Financeiras Consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Inepar S.A Indústria e Construções e suas Controladas apresentadas abaixo:

<u>Empresas</u>	Participação - %	
	30/06/2025	31/12/2024
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial	100,00	100,00
Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial	100,00	100,00
Penta Participações e Investimentos Ltda.	100,00	100,00
Innovida Participações S.A.	100,00	100,00
Taranis - Fundo de Inv.em Direitos Creditórios Não-Padronizados	100,00	100,00
Enisa - Inovação e Infraestrutura S/A	0,01	0,01
CBD - Administração e Participações S.A (Antiga Enisa - Energia)	99,99	99,99

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei Nº 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº11.638/07 e pela NBC TG 36 (R3), dos quais destacamos os seguintes:

- a) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação e eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as Sociedades incluídas na consolidação;
- b) Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio;
- c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios com as empresas incluídas na consolidação;
- d) Destaque dos valores da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado;

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2025**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- e) Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação usando bases de classificação e mensuração uniformes.

3.2. Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização nos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.3. Compensações entre Contas

Como regra geral, nas Demonstrações Financeiras, nem ativos e passivos, nem receitas e despesas são compensadas entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e essa compensação reflete a essência da transação.

3.4. Conversões em Moeda Estrangeira

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional real (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e sendo apresentados em milhares de reais. Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC02-Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento, e os itens não monetários pelas taxas da data da transação.

3.5. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação, e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez.

3.6. Classificação e mensuração de ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados, e mensurados subsequentemente ao reconhecimento inicial, com base nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo, conforme segue:

- Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimento em instrumento patrimonial não mantido para negociação, que no reconhecimento inicial, a Companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros.

3.7. Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. A provisão para “*impairment*” foi constituída com base na expectativa de perda esperada, sendo considerada suficiente para cobertura de eventuais créditos incobráveis.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.8. Estoques

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos em elaboração compreende o custo das matérias-primas, da mão-de-obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, deduzidas as despesas variáveis de vendas.

3.9. Investimentos

Nas Demonstrações Financeiras da Controladora, os investimentos permanentes em sociedades controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

3.10. Imobilizado

A Companhia, com objetivo de mensurar seus ativos imobilizados a valor justo, efetuou em 2010, a atualização pelo custo atribuído. O custo de aquisição registrado no imobilizado está líquido dos tributos recuperáveis, e a contrapartida está registrada em impostos a recuperar. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

3.11. Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos a amortização acumulada e as perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos Intangíveis gerados internamente, excluindo os custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de um ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

3.12. Impairment de Ativos Não Financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de “*impairment*” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por “*impairment*” é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo, menos os custos de venda, e o valor em uso. Para fins de avaliação do “*impairment*”, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido “*impairment*”, são revisados para a análise de uma possível reversão do “*impairment*” na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Anualmente, ou quando houver indicação de que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, incluindo o ágio, para determinar se estes ativos sofreram perdas por “*impairment*”.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Estes testes são realizados, de acordo com o CPC01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, com base em seu valor de uso (valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera obter com o bem).

3.13. Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante.

3.14. Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.15. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada (*constructive obligation*), como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.16 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas fiscais do período compreendem o IRPJ e a CSLL, correntes e diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

Os encargos de IRPJ e da CSLL corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O IRPJ e da CSLL diferidos, lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante, decorrem de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da CSLL. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los ou, até o limite do valor dos tributos diferidos registrados no passivo.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.17 CPC06(R2) / IFRS16 – Operações de Arrendamento Mercantil (substitui o pronunciamento CPC06(R1) / IAS17-Operações de Arrendamento Mercantil

A Administração da Companhia entende que o impacto produzido por essa Norma está no reconhecimento no balanço de contratos de prestação de serviços relacionados a aluguéis de edifícios. Na avaliação realizada pela Administração da Companhia, concluiu-se que as contraprestações de arrendamento que atualmente são registradas como despesas com ocupação, passarão a ser reconhecidas nas linhas de depreciação e despesas financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não traga nenhuma alteração no montante total que deverá ser levado ao resultado ao longo da vida útil do contrato, é correto afirmar que haverá um efeito temporal no lucro líquido, com uma distribuição de despesa maior no início e menor no final, se comparado com a contabilização atual das despesas de ocupação, em função principalmente do método de reconhecimento dos juros e atualização monetária associados aos arrendamentos, ainda que, sem impacto relevante, conforme análises realizadas. Desta forma, a Companhia apurou o efeito estimado do registro do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento no balanço da Companhia, o qual não teve impactos relevantes para os saldos ativos e passivos da Companhia e suas controladas.

Para os valores dos arrendamentos de curto prazo e de ativo de baixo valor será mantida a prática contábil de apuração e reconhecimento como despesa em base linear, ao longo do prazo do arrendamento.

3.18. Participações nos Lucros e Resultados

Os programas de participação nos lucros são definidos diretamente pelas empresas controladas e coligadas. No consolidado, a Controladora reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em programa devidamente aprovado pelo Sindicato da classe laboral e que leva em conta a avaliação de desempenho e metas setoriais.

3.19. Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência dos exercícios e inclui o reconhecimento do resultado dos contratos de construção por empreitada e fornecimentos, calculados pelos percentuais de estágios da execução dos projetos com base na relação existente entre a receita estimada atualizada e os custos orçados estimados, e os custos incorridos.

3.20. Reconhecimento das Receitas de Vendas

A Companhia determinou quando e por quais montantes as receitas de contratos com clientes devem ser reconhecidas de acordo com o modelo composto por cinco etapas a seguir:

- 1) Identificação do contrato com o cliente;
- 2) Identificação das obrigações de desempenho;
- 3) Determinação do preço da transação;
- 4) Alocação do preço às obrigações de desempenho;
- 5) Reconhecimento quando ou enquanto, a obrigação de desempenho é satisfeita.

Uma obrigação de desempenho é considerada satisfeita à medida que o cliente obtém o controle sobre o bem ou o serviço prometido.

Uma receita será sempre reconhecida quando os seus produtos e serviços são transferidos para outra entidade. Assim, adota-se a essência econômica da transferência do contrato, em vez da figura jurídica da posse do bem respectivo.

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e das devoluções, bem como após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.21. Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.

3.22. Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras são:

- a) créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) "impairment" dos ativos imobilizados e, intangíveis;
- d) expectativa de realização dos créditos tributários diferidos do IR e da CSLL;
- e) passivos contingentes, que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito obtida, e
- f) mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Companhia.

A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente e/ou anualmente.

3.23. Pronunciamentos contábeis e interpretações

As seguintes normas alteradas e interpretações não tiveram impacto significativo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

- Alterações no CPC 15 (R1): Definição/Combinação de negócios;
- Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência;
- Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material;
- Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro;
- Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento.
- CPC 50 / IFRS 17 Contratos de Seguro
- CPC 26 / IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis
- CPC 09 (R1) – Demonstração do valor adicionado (DVA)
- CPC 02/IAS 21 Ausência de conversibilidade;

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas pelo IASB e pelo CPC, descritas a seguir, ainda não estão em vigor. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor:

- CPC 40 e 48/IFRS 7 e 9 Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros;
- Annual Improvements to IFRS Accounting Standards – Volume 11;
- IFRS 19 Subsidiaries without Public Accountability: Disclosures.

A Administração da Companhia avalia constantemente os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações financeiras, na medida em que os normativos estiverem regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Nota 4 - Instrumentos Financeiros

CPC48/IFRS9- Instrumentos financeiros

A norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. Sendo as principais alterações, os novos critérios de classificação de ativos financeiros na mensuração entre valor justo e custo amortizado, e o novo modelo de *impairment* para ativos financeiros.

A Companhia avalia pelo valor justo todos os ativos financeiros que anteriormente estavam mantidos ao valor justo. Para os ativos mensurados ao custo amortizado, tais como contas a receber de clientes, entre outros, foram avaliadas as características contratuais e foram mantidos ao custo amortizado.

Este CPC48/IFRS9 exige ainda que, a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, como base em 12 meses ou por toda a vida, quando aplicável, conforme as características dos ativos financeiros. Para essa avaliação a Companhia segregou os ativos financeiros com base em suas características de riscos e particularidades operacionais. Após a avaliação, a Companhia não identificou impactos em relação às práticas atualmente utilizadas em suas demonstrações contábeis intermediárias.

a) Considerações gerais - A Inepar e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas, depósitos judiciais, outros ativos circulantes, outros ativos não circulantes, outros passivos circulantes e outros passivos não- circulantes. Em geral, para os instrumentos financeiros, a companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada.

b) Valor de mercado - Os valores de mercado dos instrumentos financeiros anteriormente citados são iguais aos valores contábeis. O valor justo de empréstimos e financiamentos é baseado em premissas de mercado, que podem levar em consideração fluxos de caixa descontados usando taxas de mercado equivalentes e taxas de crédito. Todos os demais instrumentos financeiros são substancialmente similares àqueles que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas:**Risco de crédito**

A característica dos serviços e fornecimentos executados pela Companhia e de suas controladas é de grandes empreendimentos, sendo que a maioria tem etapas de construção de médio e longo prazo e são pagos na medida em que vão sendo executados, reduzindo, desta forma, os riscos de créditos. Todos os preços são reajustados anualmente, conforme fórmula contratual.

Riscos de taxas de juros

O objetivo da política de gerenciamento de taxas de juros é de minimizar os possíveis impactos por conta das flutuações das taxas de juros indexadas aos seus instrumentos financeiros. Para isso a Companhia adota a estratégia de diversificação, lastreando seus instrumentos financeiros em taxas fixas e variáveis.

Riscos de taxas de câmbio

A Companhia está exposta ao risco de variação cambial. Para reduzir esse risco, a Administração da Companhia monitora permanentemente o mercado de câmbio.

Risco de liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Companhia possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata.

Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

Análise de Sensibilidade**Exposição Cambial-Consolidado**

A Companhia e suas controladas não apresentam empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. Desta forma, deixamos de apresentar os riscos que poderiam gerar prejuízos significativos para a Companhia. Conforme determinado pela CVM, apresentamos a seguir o demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que apresentam risco associado à variação na taxa de câmbio (risco de alta do dólar).

Instrumentos Financeiros por Categoria

Em atendimento ao CPC 48, a Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2025**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora				Controladora	
Ativos financeiros em 31/12/2024 conforme balanço patrimonial	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Passivos financeiros em 31/12/2024 conforme balanço patrimonial	Custo amortizado	Total
<u>Circulante</u>				<u>Circulante</u>		
Caixa e bancos	-	-	-	Fornecedores	26.188	26.188
Aplicações financeiras	57	-	57	Empréstimos e financ.	278.318	278.318
Contas a receber	-	144	144	Debêntures	17.286	17.286
Títulos valores mobiliários	-	9	9	Títulos a pagar	133.146	133.146
Outros créditos	-	365	365	Outras contas a pagar	96.031	96.031
Total circulante	57	518	575	Total circulante	550.969	550.969
<u>Não circulante</u>				<u>Não circulante</u>		
Contas a receber	-	44.532	44.532	Empréstimos e financ.	210.775	210.775
Títulos a receber	-	-	-	Debêntures	273.384	273.384
Total não circulante	-	44.532	44.532	Total não circulante	484.159	484.159
TOTAL GERAL	57	45.050	45.107	TOTAL GERAL	1.035.128	1.035.128

	Controladora				Controladora	
Ativos financeiros em 30/06/2025 conforme balanço patrimonial	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Passivos financeiros em 30/06/2025 conforme balanço patrimonial	Custo amortizado	Total
<u>Circulante</u>				<u>Circulante</u>		
Aplicações financeiras	31	-	31	Fornecedores	54.024	54.024
Contas a receber	-	6.993	6.993	Empréstimos e financ.	295.611	295.611
Títulos valores mobiliários	-	-	-	Debêntures	17.997	17.997
Outros créditos	-	866	866	Títulos a pagar	143.829	143.829
				Outras contas a pagar	83.425	83.425
Total circulante	31	7.859	7.890	Total circulante	594.886	594.886
<u>Não circulante</u>				<u>Não circulante</u>		
Aplicações financeiras	27	-	27	Empréstimos e financ.	201.358	201.358
			-	Debêntures	281.661	281.661
Total não circulante	27	-	27	Total não circulante	483.019	483.019
TOTAL GERAL	58	7.859	7.917	TOTAL GERAL	1.077.905	1.077.905

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros 31/12/2024 conforme balanço patrimonial	Consolidado			Passivos financeiros 31/12/2024 conforme balanço patrimonial	Consolidado	
	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total		Custo amortizado	Total
<u>Circulante</u>				<u>Circulante</u>		
Caixa e bancos	126	-	126	Fornecedores	60.231	60.231
Aplicações financeiras	321	-	321	Empréstimos e financiam.	426.067	426.067
Contas a receber	-	2.860	2.860	Debêntures	17.286	17.286
Títulos valores mobiliários	-	9	9	Títulos a pagar	133.146	133.146
Outros créditos	-	1.857	1.857	Outras contas a pagar	238.216	238.216
Total circulante	447	4.726	5.173	Total circulante	874.946	874.946
<u>Não circulante</u>				<u>Não circulante</u>		
Contas a receber	-	133.999	133.999	Empréstimos e financiam.	210.775	210.775
Títulos valores mobiliários	-	688	688	Debêntures	273.384	273.384
Outros créditos	-	6.551	6.551	Outras contas a pagar	1.432	1.432
Total não circulante	-	141.238	141.238	Total não circulante	485.591	485.591
TOTAL GERAL	447	145.964	146.411	TOTAL GERAL	1.360.537	1.360.537

Ativos financeiros em 30/06/2025 conforme balanço patrimonial	Consolidado			Passivos financeiros em 30/06/2025 conforme balanço patrimonial	Consolidado	
	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total		Custo amortizado	Total
<u>Circulante</u>				<u>Circulante</u>		
Caixa e bancos	11.833	-	11.833	Fornecedores	80.751	80.751
Aplicações financeiras	127	-	127	Empréstimos e financiam.	423.772	423.772
Contas a receber	-	12.704	12.704	Debêntures	17.997	17.997
Títulos valores mobiliários	-	-	-	Títulos a pagar	143.829	143.829
Outros créditos	-	51.610	51.610	Outras contas a pagar	214.462	214.462
Total circulante	11.960	64.314	76.274	Total circulante	880.811	880.811
<u>Não circulante</u>				<u>Não circulante</u>		
Aplicações financeiras	179	-	179	Empréstimos e financiam.	201.358	201.358
Títulos valores mobiliários	-	-	-	Debêntures	281.661	281.661
Outros créditos	-	-	-	Títulos a pagar	14.960	14.960
Total não circulante	179	-	179	Total não circulante	497.979	497.979
TOTAL GERAL	12.139	64.314	76.453	TOTAL GERAL	1.378.790	1.378.790

Os financiamentos e empréstimos não são contemplados com taxas subsidiadas, todas as operações possuem taxas que são consideradas taxas de mercado.

Notas Explicativas

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 5 - Caixa e Equivalentes e Caixa

Circulante	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Bancos conta movimento	-	-	11.833	126
Aplicação financeira	58	57	306	321
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	58	57	12.139	447
Circulante	31	57	11.960	447
Não circulante	27	-	179	-

Nesse trimestre, foi efetuada a reclassificação de aplicações financeiras do curto para o longo prazo, no montante de R\$ 27 mil na controladora e R\$ 179 mil no consolidado, referentes a valores bloqueados em decorrência de processos trabalhistas.

Dessa forma, tais aplicações não possuem liquidez imediata e permanecem remuneradas pelos índices da poupança.

Os departamentos Jurídico e Financeiro encontram-se empenhados em regularizar os referidos bloqueios, com o objetivo de viabilizar o resgate dos valores retidos.

As demais aplicações financeiras, no montante de R\$ 157 mil, classificadas no curto prazo no consolidado, pertencem às empresas controladas e são remuneradas por Certificados de Depósitos Bancários (CDB).

A variação do saldo de R\$ 447 mil em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 12.139 mil em 30 de junho de 2025 decorreu dos recursos obtidos com a alienação da participação no Fundo de Investimento Imobiliário Inhaúma, conforme descrito na nota explicativa nº 11 – Investimentos.

Nossas aplicações e movimentações financeiras são efetuadas em instituições de credibilidade comprovada e sem riscos de insolvência. Ressalta-se que não mantemos transações com o Banco Master.

Nota 6 - Contas a Receber de Clientes

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Clientes interno (a)	12.872	50.554	96.871	222.368
Provisão de crédito de liquidação duvidosa	(5.879)	(5.878)	(84.167)	(85.509)
	6.993	44.676	12.704	136.859
Circulante	6.993	144	12.704	2.860
Não circulante	-	44.532	-	133.999

a) Sobre o montante apresentado na rubrica de Clientes Interno, em 31 de dezembro de 2024, foram incluídos nos saldos os valores de R\$ 26.404 na controladora e R\$ 122.418 no consolidado, correspondentes a *claims* discutidos judicialmente, e reconhecidos contabilmente em 30 de junho de 2021 e março de 2022.

Notas Explicativas

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Considerando o estágio avançado dos referidos processos judiciais, a Companhia efetuou o reconhecimento contábil desses ativos naquelas datas.

Por se tratar de ativos contingentes e não tendo ocorrido a respectiva monetização no período, a Companhia optou, neste trimestre, por estornar o montante de R\$ 133.999, bem como as respectivas provisões de impostos correlatas.

No saldo de R\$ 6.993 na controladora e R\$ 12.704 no consolidado, em 30 de junho de 2025, estão incluídos os valores referentes ao Termo de Pagamento de Transação e Quitação, firmado com o Metrô-SP, no montante de R\$ 6,7 milhões, correspondentes à 4ª e 5ª parcelas, com vencimentos previstos para julho e agosto de 2025. O referido Termo de Pagamento teve por objetivo a liquidação de diversos processos cíveis envolvendo ambas as Companhias, e previu o recebimento do saldo líquido de R\$ 25.854 (valores corrigidos até 04/25), em cinco parcelas, sendo a primeira em abril de 2025 e as demais em meses subsequentes, de forma sucessiva e saldo restante de R\$ 49.261 em resgates de depósitos judiciais.

Nota 7 - Títulos e Valores Mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Títulos diversos	-	9	-	697
	-	9	-	697
Circulante	-	9	-	9
Não circulante	-	-	-	688

Nesse trimestre, efetuamos o teste de recuperabilidade (*impairment*) no valor de R\$ 688 mil, referente aos Títulos da Dívida Pública (TDPs) registrados na controlada Penta Participações e Investimentos Ltda., em razão da ausência de evidências que suportem a realização desses ativos.

Com relação ao valor de R\$ 9 mil, registrado em 31 de dezembro de 2024, na controladora e no consolidado, este montante refere-se à aquisição de ações. No presente trimestre, a Companhia está realizando o teste de recuperabilidade desses instrumentos, tendo em vista a inexistência de evidências que confirmem a validade e a recuperabilidade econômica das referidas ações.

Nota 8 – Estoques

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Produtos em elaboração	-	-	7.229	3.988
Insumos e materiais	-	-	5.096	5.038
Adiantamentos a fornecedores	-	-	360	339
	-	-	12.685	9.365

A variação ocorrida na rubrica de Produtos em Elaboração decorre da apropriação de custos incorridos em projetos em andamento, para os quais ainda não houve emissão das respectivas faturas ou reconhecimento de receita, conforme os critérios estabelecidos no CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Esses custos permanecem registrados no ativo até que sejam reconhecidas as receitas correspondentes, momento em que são transferidos ao resultado, em consonância com o CPC 16 – Estoques, na medida em que representam bens ou serviços em processo de execução.

Nota 9 - Tributos a recuperar

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Impostos e contribuições a compensar (a)	7	11	50.528	53.745
ICMS a recuperar	-	-	485	398
IPI a recuperar	756	756	957	960
Impostos e contribuições retidos na fonte	-	-	594	598
Demais créditos (b)	3.780	3.780	12.804	11.848
	4.543	4.547	65.368	67.549
Circulante	4.366	4.547	65.191	67.549
Não circulante	177	-	177	-

- a) Os valores apresentados no consolidado referem-se, principalmente, à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

Esses valores estão sendo utilizados, por meio de PER/DCOMP, para a liquidação de impostos correntes, e a variação observada em relação ao mesmo período de 2024 decorre dos créditos efetivamente utilizados no período

- b) Corresponde, em sua maioria, a processos administrativos de pedidos de restituição de contribuições previdenciárias (INSS) recolhidos indevidamente junto a Receita Federal do Brasil, e que se encontram em fase de análise.

Nota 10 - Outros créditos

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Adiantamento a Empregados	366	361	868	825
Outros créditos (a)	500	4	50.747	7.583
Total	866	365	51.615	8.408
Circulante	866	365	51.610	1.857
Não circulante	-	-	5	6.551

- a) Na rubrica de Outros Créditos, no consolidado em 31 de dezembro de 2024, estava incluído o montante de R\$ 6.551, relativo ao cumprimento de sentença nº 0100375-40.2006.8.26.0053, referente ao contrato nº 008.003.100, em trâmite na 13ª Vara Cível, movido contra o Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô - SP.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Por meio do Termo de Pagamento de Transação e Quitação, firmado entre o Metrô - SP e a Inepar, em 20 de fevereiro de 2024, e concluído em abril de 2025, foi estabelecida a liquidação de diversos processos cíveis envolvendo ambas as Companhias.

Consta, ainda, em 30 de junho de 2025, na rubrica de Outros Créditos, no consolidado o valor referente à garantia constituída durante a negociação da alienação do Estaleiro Inhaúma, celebrada com a ICTSI, no montante de R\$ 57,7 milhões, com vigência de cinco anos, destinada à liquidação de ações trabalhistas, com o objetivo de mitigar riscos e responsabilidades para a ICTSI.

Do valor original de R\$ 57,7 milhões, restava, em 30 de junho de 2025, o saldo de R\$ 42,6 milhões, correspondente ao valor ainda vinculado à finalidade da referida garantia.

O valor garantido será restituído à Inepar à medida que os respectivos processos trabalhistas forem sendo liquidados.

Os demais valores incluídos nessa rubrica referem-se a adiantamentos efetuados a diversos fornecedores.

Nota 11 - Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Participação em controladas/coligadas (a)	781.044	822.875	52.293	61.190
Propriedade para Investimentos (b)	-	-	44.053	44.053
	781.044	822.875	96.346	105.243

a) Participações em Controladas e Coligadas

Controladora

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2025**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Participações em empresas controladas/coligadas - Controladora

							Resultado
				Patrimônio	% de	Valor do	Equivalência
Nome	Ativos	Passivos	Resultado	Líquido	Participação	Investimento	31/12/2024
Em 31 de dezembro de 2024							
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens	236.780	1.024.109	(90.617)	(787.329)	100,00%	-	(90.616)
Companhia Brasileira de Diques S.A.(ii)	243.916	169.664	(34.060)	74.252	37,65%	-	(15.093)
Penta Participações e Investimento Ltda.(iii)	184.133	13.112	616	171.021	99,99%	172.004	599
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	292.713	42.847	(1.528)	249.866	100,00%	249.866	(1.531)
Innovida Participações S.A.	18.710	28.170	(12)	(9.460)	100,00%	-	(12)
CBD Adm e Participações S.A.	436.669	36.094	(75)	400.575	99,99%	400.523	(125)
Enisa Inovação e Infraestrutura	21.404	5.341	(1.691)	16.063	0,01%	2	-
Fidc Tarânis	615.280	4.239	(4.238)	611.041	0,00%	480	-
						822.875	(106.778)

Nome	Ativos	Passivos	Resultado	Patrimônio	% de	Valor do	Resultado
				Líquido	Participação	Investimento	Equivalência
Em 30 de junho de 2025							
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens	243.288	1.213.825	(183.359)	(970.537)	100,00%	-	(183.359)
Penta Participações e Investimento Ltda.(iii)	183.899	12.164	(287)	171.735	99,99%	171.718	(287)
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	285.669	40.993	(5.190)	244.676	100,00%	244.676	(5.190)
Innovida Participações S.A.	18.710	28.191	(21)	(9.481)	100,00%	-	(21)
CBD Adm e Participações S.A.	364.379	209	(37.958)	364.170	99,99%	364.169	(37.957)
Enisa Inovação e Infraestrutura	20.063	5.129	(581)	14.934	0,01%	1	-
Fidc Tarânis	615.280	4.239	(4.238)	611.041	0,00%	480	-
						781.044	(226.814)

Consolidado

Nome				Patrimônio	% de	Valor do	Resultado
	Ativos	Passivos	Resultado	Líquido	Participação	Investimento	Equivalência
Em 31 de dezembro de 2024							
QUIP S.A.	81.416	169.656	(4.676) -	83.564	13,25%	-	(621)
QGI INC	103.184	85.393	17.595	13.095	20,00%	3.519	-
QGI BRASIL	155.781	4.444	(545)	151.337	19,53%	29.450	(106)
QUEBEC - Constr.Mont.Transp. Estrut.Ltda	(1.164)	-	(39)	(1.126)	35,00%	-	(13)
Imóvel de Magé	-	-	-	-	0,00%	44.053	-
FIDC Tarânis ©	-	-	-	-	0,00%	1.080	-
COMPANHIA BRASILEIRA DE DIQUES S A	243.916	169.664	(34.060)	74.252	37,65%	-	(15.093)
PENTA PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTO	184.133	13.112	616	171.021	100,00%	-	-
COTAS DO FUNDO INHAÚMA	-	-	-	-	0,00%	9.896	-
INNOVIDA PATICIPAÇÕES S A	18.710	28.170	(12)	(9.460)	100,00%	14.257	-
CBD ADM E PARTICIPAÇÕES S.A.	420.639	20.114	(125)	400.639	100,00%	2.988	(119)
						105.243	(15.952)

Nome	Ativos	Passivos	Resultado	Patrimônio	% de	Valor do	Resultado
				Líquido	Participação	Investimento	Equivalência
Em 30 de junho de 2025							
QUIP S.A.	82.677	87.832	(5.155)	(87.606)	13,25%	-	(683)
QGI INC	103.184	85.393	17.595	13.095	20,00%	3.519	-
QGI BRASIL	155.679	149.379	(924)	150.303	19,53%	29.356	(180)
QUEBEC - Constr.Mont.Transp. Estrut.Ltda	-	(1.163)	(19)	(1.165)	35,00%	-	(7)
Imóvel de Magé	-	-	-	-	0,00%	44.053	-
FIDC Tarânis ©	-	-	-	-	0,00%	1.080	-
INNOVIDA PATICIPAÇÕES S A	18.710	28.176	(6)	(9.466)	100,00%	14.257	-
CBD ADM E PARTICIPAÇÕES S.A.	352.686	49.223	(49.650)	401.909	100,00%	4.081	(510)
						96.346	(1.380)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controladas/Coligadas

IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.	149.799	-	100,00	100,00
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	246.386	66.035	100,00	100,00
Penta Participações e Investimento Ltda.	230.601	quotas	100,00	100,00
Innovida Participações S.A.	12.541	-	100,00	100,00
Enisa Inovação e Infraestrutura S.A.	18312	-	0,01	0,01
CBD Adm. e Participações S.A.	400.959	-	99,99	99,99
Companhia Brasileira de Diques S.A.	289	-	-	-

(i) IESA- Projetos, Equipamentos e Montagens S.A: A Companhia controladora efetuou uma capitalização em 2003, mediante a transferência de acervo técnico e máquinas e equipamentos, com base em seus valores de mercados, definidos em laudos de avaliação emitidos por empresa especializada, em 30/04/2003 e 31/05/2003, e Instrumento Particular de Transferência, celebrado em 07 de abril de 2003. A consolidação das demonstrações financeiras é integralmente considerada na controladora, haja visto que, indiretamente ela possui 100% de participação no capital da investida.

(ii) Companhia Brasileira de Diques S.A: Refere-se à aquisição, em 31 de março de 2012, de 50% de participação no capital dessa Companhia, conforme Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações e outras avenças, no valor de R\$ 608.734.

Conforme ata da AGE de 29 de junho de 2014, foi deliberado sobre o aumento do Capital no montante de R\$ 986, mediante a emissão de 3.288 novas ações ordinárias nominativas, ao valor unitário de emissão de R\$ 300,00. O referido aumento de capital foi subscrito e integralizado pela Portbank Consultoria Financeira e Administração de Bens e Participações Ltda. Desta forma, a participação da Companhia foi reduzida para 49,72%.

Conforme ata da AGE de 28 de junho de 2019, foi deliberado sobre o aumento do capital de R\$ 2.636, mediante a emissão de 32.705 novas ações ordinárias nominativas, ao valor unitário de emissão de R\$ 192,13. O referido aumento de capital foi subscrito e integralizado pelo Fator Empreendimentos e Participações Ltda, pelos acionistas João Antonio Lopes Filho e Manoel Horácio Francisco da Silva. Desta forma, a participação da Companhia foi reduzida de 49,72% para 47,07%.

Conforme ata da AGE de 21 de junho de 2024, foi aprovado o aumento do capital de R\$ 74.999, mediante a emissão de 153.433 novas ações ordinárias nominativas, ao valor unitário de emissão de R\$ 488,81. O aumento de capital foi subscrito pelos atuais acionistas, com exceção da Inepar S/A, desta forma a participação da Inepar foi reduzida de 47,07% para 37,65%.

Em 01 de julho de 2024, foi celebrado Memorando de Entendimentos para Aluguel, pelo Fundo Estaleiro para a ICTSI, do imóvel de propriedade da CBD, e de uma eventual aquisição, pela ICTSI, da parcela das ações de emissão da CBD objeto de futura compra e venda de participação ou das cotas do Fundo Estaleiro correspondentes ao imóvel objeto de locação.

Em 25 de julho de 2024, foi aprovada a alteração da razão social, da empresa Enisa - Energia e Infraestrutura S/A, para CBD Administração e Participações S/A, preparando assim esta empresa para receber os investimentos relacionados ao Estaleiro, CBD-Diques.

Em 30 de agosto de 2024, foi assinado o contrato de compromisso de compra e venda do imóvel do Estaleiro localizado no Rio de Janeiro, entre a CBD Diques e Inhaúma Fundo de Investimentos Imobiliário - FII.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 13 de setembro de 2024, através da Ata da 2ª AGE, emitida pela CBD – Administração e Participação S/A, o aumento de capital efetuado pela Inepar S/A Indústria e Construções, no valor de R\$ 400,9 milhões, representado pela transferência da participação da Companhia no capital da Companhia Brasileira de Diques.

Em 23 de setembro de 2024, através da AGE, da CBD – Diques, foi aprovado aumento de capital social no montante de R\$ 34,0 milhões. O capital social subscrito e integralizado da CBD-Diques passou para R\$ 116,9 milhões.

Em 24 de setembro de 2024, através da AGE, da CBD – Diques, foi aprovado a redução de capital no montante de R\$ 85,0 milhões, por julgar excessivo, sendo restituído aos acionistas na proporção de sua respectiva participação. O capital social, totalmente subscrito e integralizado passou a ser de R\$ 31,9 milhões.

Em 25 de setembro de 2024, a Companhia veiculou comunicado ao mercado informando que a sua coligada Companhia Brasileira de Diques (CBD) havia protocolado consulta junto ao CADE sobre a viabilidade de venda de parte de participação no seu capital social.

Em 30 de setembro de 2024, através da AGE, do Inhaúma Fundo de Investimentos Imobiliário, foi constituída uma classe única de cotas.

Em 18 de outubro de 2024, através da AGE da CBD – Diques, foi aprovada a cisão parcial do patrimônio da Companhia, permanecendo na Companhia, após a efetivação da cisão o capital de R\$ 5,7 milhões, sendo que o saldo remanescente de R\$ 26,1 milhões, foi vertidos e incorporados ao patrimônio das seguintes empresas: R\$ 9,9 milhões à CBD – Administração e Participações S/A, representados por 4.134 cotas do Fundo Inhaúma, e o montante de R\$ 26,2 milhões, representado por 6.799 cotas do Fundo Inhaúma ao Banco Fator.

Os valores correspondentes à 37,82% do patrimônio da CBD – Diques, e as 4.134 cotas do Fundo Inhaúma, foram contabilizadas na conta de investimentos da Controlada integral da Inepar S/A, a CBD – Administração e Participações S/A.

Em 01 de novembro de 2024, foi celebrado o Contrato de Locação do imóvel Estaleiro Inhaúma entre o Inhaúma Fundo de Investimento Imobiliários – FII e o Grupo ICTSI, sujeito a determinadas condições suspensivas, para o exercício no local das atividades comerciais da Locatária.

Em 30 de junho de 2025, CBD-Administração e Participações S/A, apresentava os seguintes saldos no seu balanço patrimonial:

Valores em milhares

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30/06/2025	31/12/2024
ATIVO		
Circulante	43.606	11
Não Circulante		
Partes relacionadas	304.999	16.231
Investimentos	4.081	12.884
Intangível	11.693	391.513
Total do Ativo	364.379	420.639
PASSIVO		
Circulante	209	20.114
Patrimônio Líquido		
Capital social	401.059	401.059
Capital social a integralizar	- 90	- 90
Prejuízos acumulados	- 50.095	- 444
Ajuste de avaliação patrimonial	1.603	-
Total do Passivo	352.686	420.639

Os valores dos Investimentos e do Intangível, referem-se à participação na CBD-Diques e no Fundo de Investimentos Imobiliário Inhaúma.

	30/06/2025	31/12/2024
Descrição		
Cotas do Inhaúma Fundo de Investimentos Imobiliário (a)	-	9.896
Companhia Brasileira de Diques S/A(b)	4.081	2.988
Ágio s/investimentos Companhia Brasileira de Diques S/A	11.693	391.513
	15.774	404.397

- a) Conforme Fato Relevante divulgado em 22 de abril de 2025, a controlada CBD Administração e Participações S.A., alienou sua participação no Inhaúma Fundo de Investimento Imobiliário – FII, correspondente à 37,812% de seu patrimônio líquido, pelo valor de R\$ 359.653.172,44 (trezentos e cinquenta e nove milhões, seiscentos e cinquenta e três mil, cento e setenta e dois reais e quarenta e quatro centavos). A liquidação ocorreu no mercado de balcão organizado, operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") em 17 de abril de 2025.

Adicionalmente, foi esclarecido que o Estaleiro Inhaúma é composto por três imóveis distintos, sendo que apenas um deles, de propriedade do referido Fundo de Investimentos Imobiliário, foi objeto da alienação. Os demais imóveis permanecem sob titularidade da CBD-Diques.

A alienação foi inicialmente acordada no montante de R\$ 359,6 milhões, conforme mencionado no referido fato relevante. Entretanto, o valor final da operação foi ajustado para R\$ 348,0 milhões, em razão do cumprimento de condições precedentes estabelecidas no contrato de compra e venda, destacando-se a dedução do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), das taxas de Laudêmio, bem como de outras obrigações contratuais. Adicionalmente, foi registrada a valorização das cotas do referido fundo, no valor de R\$ 4.490, perfazendo o total da alienação em R\$ 352,5 milhões.

Após o cumprimento de todas as condições precedentes estabelecidas no contrato, a operação foi concluída em 17 de abril de 2025, ocasião em que a Companhia recebeu os saldos líquidos dos recursos decorrentes da alienação.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Na nota explicativa 30 apresentamos o resultado dessa alienação.

Os recursos obtidos com a alienação da participação nas cotas do Fundo Inhaúma foram destinados à liquidação de dívidas trabalhistas, tributárias, financeiras e com prestadores de serviços.

- b) O saldo de R\$ 4.081, representa a participação de 37,82% sobre o patrimônio líquido da Companhia Brasileira de Diques S/A, conforme definido na Ata da Assembleia Geral Extraordinária, emitida em 18 de outubro de 2024.

(iii) Penta Participações e Investimentos Ltda: Refere-se ao investimento realizado na empresa Penta Participações e Investimentos Ltda. em 2004, por meio da participação acionária mantida na empresa Centrais Elétricas Matogrossenses- CEMAT. Em 11/12/2015, a participação acionária na CEMAT foi transferida para o BNDES para abatimento das dívidas junto a este órgão.

(iv) O Fundo Taranis: Em abril de 2019 as Organizações Inepar regularizaram o Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não – Padronizados (FIDC). O Fundo constituído por cessão de direitos creditórios por ações judiciais ativas tem a finalidade de permutar cotas com passivos do Grupo. A administração da companhia amparada em seus assessores jurídicos (contratados na regularização do fundo para classificação dos direitos creditórios) entende na previsibilidade de que o FIDC pode gerar ganhos que mensurados a valor presente chegam a R\$ 619 milhões, valor este de cotas subordinadas apresentadas no fundo.

Observações:

O Fundo Taranis, foi constituído sob forma de condomínio fechado e é destinado a investidores qualificados e/ou profissionais. Em 30/06/2025, a carteira do Fundo está composta substancialmente por direitos creditórios, adquiridos com aquisição substancial de riscos e benefícios representando 101,43% do patrimônio líquido do Fundo, oriundos de ações judiciais no Brasil, movidas pela Inepar S/A e demais empresas do Grupo.

Os valores das cotas do Fundo Taranis – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, não estão contabilizados nas empresas, tendo em vista tratar-se de Claims, cujos processos aportados no Fundo, ainda não tiveram uma decisão definitiva e que com base nas políticas contábeis não devem ser reconhecidos, em atendimento ao disposto no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, no que se refere ao momento do reconhecimento dos Ativos Contingentes.

As despesas incorridas nessa operação do Fundo no montante de R\$ 10.078 milhões estão contabilizadas em contas de provisão para perdas. (Apresentado na nota 18)

A Inepar, apresenta, no Relatório da Administração/Comentários de Desempenho os valores dessa operação do Fundo, objetivando a transparência nas informações divulgadas Companhia.

b) Propriedade para Investimentos:

A propriedade para investimento está representada por um imóvel localizado na Rodovia BR-116 (Rio–Teresópolis), bairro Iriri, município de Magé, Estado do Rio de Janeiro, pertencente à controlada indireta IESA Óleo & Gás S.A. – Em Recuperação Judicial.

O referido imóvel encontra-se locado, sendo os valores de aluguel recebidos repassados aos credores bancários Polo Recuperação de Créditos e Petros Fundo de Investimentos.

O imóvel foi oferecido em dação em pagamento para liquidação integral da dívida junto aos referidos credores. Entretanto, a efetiva liquidação da obrigação está sendo discutida judicialmente entre as partes, motivo pelo qual o ativo permanece registrado na Companhia até a conclusão definitiva do litígio.,

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme as orientações previstas no CPC 28 – Propriedade para Investimento, o bem é classificado no Ativo Não Circulante, dentro do subgrupo de Investimentos, por ser mantido com o objetivo de obtenção de renda (aluguéis) e valorização de capital, sem relação direta com a atividade operacional da Companhia.

Dessa forma, adotou-se o critério de mensuração pelo valor justo.

Em 05 de maio de 2025, foi emitido laudo de avaliação elaborado por profissional legalmente habilitado, atendendo a determinação judicial, com o objetivo de determinar o valor de mercado de compra e venda e o valor de liquidação forçada do imóvel mencionado.

De acordo com o referido laudo, o valor de mercado de compra e venda, em abril de 2025, foi estimado em R\$ 48,3 milhões, enquanto o valor de liquidação forçada foi apurado em R\$ 38,6 milhões.

O laudo foi elaborado em conformidade com o Código de Ética Profissional do CONFEA e as normas do IBAPE/RJ, observando os parâmetros estabelecidos pela ABNT NBR 14.653-2:2011 – Avaliação de Bens – Imóveis Urbanos.

Na avaliação foi adotado o método evolutivo, em que:

- o valor do terreno foi obtido pelo método comparativo de dados de mercado, com utilização de modelo linear, resultando em Grau de Fundamentação I e Grau de Precisão II, conforme os critérios da norma técnica; e
- o valor das benfeitorias foi determinado com base no custo de reedição, ou seja, o valor estimado necessário para reproduzir o bem nas mesmas condições e características atuais, considerando preços, materiais e mão de obra vigentes à data-base da avaliação.

Por esse método, o valor de mercado do imóvel é obtido mediante comparação com propriedades similares negociadas ou ofertadas no mercado imobiliário, assegurando alto grau de confiabilidade e aderência às condições de mercado observadas no universo da pesquisa.

Para a determinação do valor contábil, adotou-se a média entre o valor de mercado e o valor de liquidação forçada, considerando-se o cenário econômico e as premissas utilizadas para avaliação dos ativos. ada.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2025**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 12 – Imobilizado

Controladora	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	
Taxas anuais de depreciação	0%	25%	10% a 40%	Total
Em 31 de Dezembro de 2024				
Custo	10.188	116.391	1.345	127.924
Depreciação Acumulada	-	(57.555)	(1.124)	(58.679)
Valor contábil líquido	10.188	58.836	221	69.245
Depreciação	-	(1.478)	(2)	(1.480)
Saldo Final	10.188	57.358	219	67.765
Em 30 de Junho de 2025				
Custo	10.188	116.391	1.345	127.924
Depreciação Acumulada	-	(59.033)	(1.126)	(60.159)
Valor contábil líquido	10.188	57.358	219	67.765

Consolidado	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Equipamentos de Informática	Outras Imobilizações	Total
Taxas anuais de depreciação	0%	4% a 25%	10% a 40%	10%	1% a 10%	10% a 30%	
Em 31 de Dezembro de 2024							
Custo	14.588	146.241	70.930	4.462	8.722	1.274	246.217
Depreciação Acumulada	-	(67.286)	(43.940)	(4.436)	(8.497)	(1.179)	(125.338)
Valor contábil líquido	14.588	78.955	26.990	26	225	95	120.879
Adições	-	-	10	-	17	-	27
Baixas	-	-	(217)	-	-	-	(217)
Depreciação	-	(1.694)	(1.387)	(1)	(8)	-	(3.090)
Baixa de depreciação	-	(431)	210	-	-	-	(221)
Saldo Final	14.588	76.830	25.606	25	234	95	117.378
Em 30 de Junho de 2025							
Custo	14.588	146.241	70.940	4.462	8.739	1.274	246.244
Depreciação Acumulada	-	(69.411)	(45.334)	(4.437)	(8.505)	(1.179)	(128.866)
Valor contábil líquido	14.588	76.830	25.606	25	234	95	117.378

A Companhia procedeu à avaliação da Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado de acordo com as leis 638/07 e 11.941/09, atendendo em especial a deliberação CVM nº 583, de 31/07/09, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 27 o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil e a deliberação CVM nº 619, de 22/12/09 que aprova a Interpretação Técnica ICPC 10.

Na adoção inicial deste pronunciamento, a Companhia optou por ajustar os saldos iniciais a valores justos, com a utilização do conceito de custo atribuído (deemed cost), mencionado no item 22 da Interpretação Técnica ICPC 10. Desta forma, a Companhia atribuiu o valor justo por meio de laudo emitido por empresa especializada.

A Companhia realiza testes de recuperabilidade para os ativos intangíveis de vida útil indefinida, bem como do imobilizado, não identificando perdas por “impairment”.

Metodologia utilizada para determinar o cálculo da depreciação: A base adotada para o cálculo da depreciação foi a política da Companhia que demonstra as novas vidas úteis e os percentuais de valor residual para cada item do ativo imobilizado das unidades avaliadas. Para cada família de itens, a Companhia estabeleceu uma nova vida útil conforme as premissas, critérios e elementos de comparação citados abaixo.

Notas Explicativas

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Política de renovação dos ativos;
- Inspeção “in loco” de todas as unidades avaliadas;
- Experiência da Companhia com ativos semelhantes;
- Experiência da Companhia com vendas de ativos semelhantes;
- Inventários físicos de todas as unidades avaliadas;
- Informações contábeis e controle patrimonial;
- Especificações técnicas;
- Conservação dos bens; e
- Política de Manutenção – visando salvaguardar os ativos;

Na determinação da política de estimativa de vida útil, os critérios utilizados pelos técnicos foram: o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos, e a experiência da Companhia com seus ativos.

O valor residual e a vida útil dos ativos, e os métodos de depreciação foram revistos no encerramento do exercício e não houve nenhum ajuste a ser aplicado. Neste exercício, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável e, conseqüentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados foi necessária.

Nota 13 – Intangível

CONSOLIDADO	Consolidado		
	Direito de uso Software	Ágio sobre Investimentos	Total
Taxas anuais de amortização	20%	0%	
Em 31 de Dezembro de 2024			
Custo	35.007	391.513	426.520
Amortização acumulada	(34.947)	-	(34.947)
Valor contábil líquido	60	391.513	391.573
Amortização	(57)	-	(57)
Saldo Final	3	391.513	391.516
Em 30 de Junho de 2025			
Custo	35.007	391.513	426.520
Baixa		(379.820)	(379.820)
Amortização acumulada	(35.004)	-	(35.004)
Valor contábil líquido	3	11.693	11.696

A avaliação econômica da Companhia Brasileira de Diques S.A.(CBD), foi efetuada por empresa de consultoria e o valor de mercado, calculado através da metodologia do fluxo de caixa descontado a valor presente, perfez o valor total de R\$ 1.217.468.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor do ágio, no montante de R\$ 391,5 milhões, relativo ao investimento anteriormente registrado na controladora, foi aportado na controlada CBD Administração e Participações S.A., conforme deliberado na 2ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 13 de setembro de 2024.

Conforme fato relevante em 22/04/2025, a sua controlada CBD Administração e Participações S.A., vendeu a sua participação no Inhaúma Fundo de Investimento Imobiliário – FII, correspondente a 37,812% de seu patrimônio líquido, pelo valor de R\$ 359.653.172,44 (trezentos e cinquenta e nove milhões, seiscentos e cinquenta e três mil, cento e setenta e dois reais e quarenta e quatro centavos), mediante liquidação no mercado de balcão organizado e operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") na data de 17/04/2025.

Após o cumprimento das obrigações precedentes, o fechamento ocorreu em 17/04/2025, e seus efeitos estão registrados contabilmente nesse trimestre.

Em decorrência da alienação da participação de 37,812% no patrimônio líquido do Fundo de Investimentos Imobiliários, procedeu-se à baixa parcial do ágio registrado por ocasião da aquisição da participação no Estaleiro, em contrapartida da conta de Outras Receitas e Despesas (nota explicativa 30).

O ágio, no montante de R\$ 391,5 milhões, foi registrado à época com base em laudos de avaliação elaborados por empresa independente, conforme previsto no CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios. Em atendimento às disposições do CPC 04 – Ativo Intangível, o ágio foi mantido como ativo até a conclusão da transação, sendo parcialmente amortizado como parte do custo da alienação, o que impactou a linha de "Outras Receitas e Despesas Operacionais" no exercício de 2025, no montante de R\$ 379,8 milhões.

A alocação do ágio foi efetuada conforme as particularidades do imóvel, consideradas individualmente em cada uma de suas porções, representadas pelas respectivas matrículas, de acordo com o laudo emitido pela empresa NVR Auditores e Consultores. Esse laudo teve por objetivo a avaliação de ativos e passivos da empresa, para fins de desdobramento do valor do ágio ou deságio, com base em procedimentos específicos relacionados ao *Purchase Price Allocation* (PPA).

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 14 – Instituições Financeiras

Circulante	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Modalidade				
Ativo Permanente	294.163	276.871	294.163	276.871
Capital de Giro	1.448	1.447	129.609	149.196
Total Circulante	295.611	278.318	423.772	426.067
Não Circulante	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Modalidade				
Ativo Permanente	160.310	171.881	160.310	171.881
Capital de Giro	41.048	38.894	41.048	38.894
Total Não Circulante	201.358	210.775	201.358	210.775
Total de Empréstimos e Financiamentos	496.969	489.093	625.130	636.842
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Por Data de Vencimento / Em negociação				
Vencidos	295.612	278.318	423.673	425.967
Em até 12 meses	19.588	19.341	19.688	19.441
De 1 a 2 anos	29.304	28.526	29.304	28.526
De 2 a 3 anos	29.304	28.526	29.304	28.526
De 3 a 4 anos	29.304	28.526	29.304	28.526
De 4 a 5 anos	29.304	28.526	29.304	28.526
Acima de 5 anos	64.553	77.330	64.553	77.330
Total de Empréstimos e Financiamentos	496.969	489.093	625.130	636.842
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Por Tipo de Moeda				
Reais - R\$	496.969	489.093	625.130	636.842
Dólar Norte-Americano - R\$	-	-	-	-
Total de Empréstimos e Financiamentos	496.969	489.093	625.130	636.842

Os saldos de empréstimos e financiamentos estão sendo negociados diretamente com os bancos credores sendo os efeitos conhecidos somente quando da conclusão dessas negociações, alinhadas com o andamento da recuperação judicial.

As principais garantias dos empréstimos e financiamentos a pagar correspondem a notas promissórias, avais e garantias dos sócios, equipamentos e direitos sobre contratos de clientes, bem imóveis que atualmente não estão sendo utilizados pela Empresa, tais como os imóveis em Magé e Macaé.

As variações ocorridas entre 31/12/2024 e 30/06/2025, referem-se as atualizações financeiras dos passivos, destacando, principalmente, os valores relacionados ao BNDES e Fundação Petrus.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2025**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 15 - Debêntures (Controladora)

Emissão	Empresa	Controladora		
		31/12/2024	Adições/Baixas	30/06/2025
3ª Emissão	Inepar S.A. Indústria e Construções	2.525	5	2.530
4ª Emissão	Inepar S.A. Indústria e Construções	6.128	444	6.572
5ª Emissão	Inepar S.A. Indústria e Construções	282.017	8.539	290.556
		290.670	8.988	299.658
Circulante		17.286		17.997
Não circulante		273.384		281.661

Terceira emissão Inepar S.A. Indústria e Construções: Será liquidada com o saldo das debêntures perpétuas emitidas.

Quinta emissão Inepar S.A. Indústria e Construções: A 80ª AGE, de 18/07/2012, aprovou a emissão de 15.000 debêntures de série única, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$10 totalizando o montante de R\$150.000. As debêntures são objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução CVM 476, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, a Oferta Restrita automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM, conforme trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 07/12/1976.

Foi assinado Instrumento particular de transação em 30 de março de 2021 com os debenturistas da 5ª emissão de debêntures, e respectivo aditamento de 25 de maio de 2021, para proceder com as alterações das seguintes condições e características das debêntures, emitida por meio do Instrumento Particular de Escritura da 5ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da espécie com garantia real representada por cessão fiduciária de direitos creditórios e de aplicação financeira e alienação fiduciária de bem imóvel da Companhia (a) Data de Vencimento das Debêntures e, conseqüentemente, do seu prazo de vencimento; (b) Juros Remuneratórios; e (c) cronograma de pagamentos dos Juros Remuneratórios e amortização das Debêntures; d) constituição de nova garantia, representada por alienação fiduciária de 172.560 (cento e setenta e duas mil, quinhentas e sessenta) cotas subordinadas de emissão do Taranis - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados. O referido acordo, atualmente está em discussão judicial, com a retomada da execução em face da Emissora.

Trata-se de ação de execução inicialmente movida por BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de agente fiduciária da Escritura da 5ª Emissão de Debêntures de Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial, tendo figurado como fiadoras e demais garantidoras Inepar Administração e Participações S.A. – Em Recuperação Judicial, Iesa Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – Em Recuperação Judicial e Iesa Óleo e Gás S.A. – Em Recuperação Judicial (“5ª Emissão de Debêntures”).

O acordo celebrado em 31/03/2021 foi declarado antecipadamente vencido pelos Debenturistas. Em razão disso, o credor iniciou a execução da dívida, requerendo, entre outras medidas, a liquidação das cotas do FIDC Taranis, do qual os Debenturistas são detentores de 172 mil cotas.

A Inepar tomou as medidas necessárias visando à extinção da execução no valor pretendido, diante da tese de concursabilidade do crédito pelo fato gerador, sendo que a extraconcursabilidade é limitada à garantia outorgada, podendo apenas esta ser objeto de execução e excussão. Eventual saldo apurado somente poderá ser pago com

Notas Explicativas

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

as limitações legais da Lei nº 11.101/2005, e na forma prevista no Plano de Recuperação Judicial aplicável aos credores quirografários.

Nota 16- Obrigações fiscais e tributárias

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Parcelamento Transação Individual PGFN (a)	161.771	187.636	323.110	342.547
ICMS a recolher/ parcelamentos	32.694	42.307	41.379	58.165
Inss a recolher	24	47	30	287
Pis/Cofins Diferidos	2.889	4.938	15.574	22.086
ISS a recolher/Parcelamentos	9.825	9.670	34.871	33.768
Pis/Cofins a recolher	13	913	2.281	5.421
Impostos e Contribuições retidos na fonte	265	1.677	880	3.421
Parcelamento Simplificado RFB	3.010	4.907	3.211	5.124
Parcelamento PGFN Convencional 2025	21	-	9.376	-
Parcelamento PGFN Edital PGDAU nº 6/2024	11.147	812	25.482	2.973
Outros	1.636	1.593	5.844	5.442
	223.295	254.500	462.038	479.234
Circulante	45.743	72.980	152.881	159.932
Não circulante	177.552	181.520	309.157	319.302

- a) Refere-se ao parcelamento efetuado através da transação individual, conforme Lei nº 13.988, de 20 de dezembro de 2020, Portaria PGFN 9.917, de 2020.

O parcelamento na modalidade “demais débitos” devidos à PGFN foram parcelados em 120 parcelas, com redução de juros e multas de até 70% de cada inscrição.

Quanto ao parcelamento da modalidade “débitos previdenciários” devidos à PGFN, foram parcelados em 60 parcelas, também com redução de até 70% das parcelas. O primeiro pagamento ocorreu em dezembro de 2021.

Os ganhos obtidos na referida operação no montante de R\$ 1.358.361, consolidado através do Termo de Transação Individual foram contabilizados em contrapartida da conta de resultado “Recuperação de Despesas – Transação Individual”, no exercício de 2021.

Foi diferida, nos termos da Portaria PGFN nº 6757, de 29 de julho de 2022, e Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, a compensação de parte dos débitos da Transação Tributária Individual efetivada em 29/12/2021 pela Inepar e suas controladas, com a utilização dos créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL.

No exercício de 2023, foram reconhecidos os créditos dos prejuízos fiscais utilizados para liquidação parcial do parcelamento da transação individual, conforme previsto nos termos da Portaria PGFN nº 6757, de 29 de julho de 2022, e Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, no montante consolidado de R\$ 720,7 milhões, e na controladora o montante de R\$ 360,2 milhões, os quais foram registrados em contrapartida do IR e CS diferido no resultado do exercício.

Desta forma, esses pagamentos regularizaram as parcelas da Transação Individual que estavam em atrasos, permitindo que a empresa apresente uma regularidade fiscal.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os vencimentos dos débitos previdenciários irão ocorrer a partir de setembro de 2025, enquanto os débitos dos demais impostos a partir de março de 2029.

O saldo em 30/06/2025, no valor de R\$ 468.038, apresentou uma redução de valores em relação ao período de 31/12/2024, em razão dos parcelamentos ordinários realizados no 1º semestre de 2025, com reduções nos juros e multas.

Nota 17 - Obrigações Sociais e Trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Salários a pagar	143	454	1.573	2.344
Rescisões a pagar	723	726	54.887	70.103
FGTS a recolher	3.697	4.964	32.108	48.920
Sesi/ Senai	-	-	15.156	14.753
Provisões de férias e 13º salário	714	677	3.660	2.996
IRRF a recolher	97	639	1.982	6.810
INSS a recolher	208	2.262	1.284	13.241
Outras obrigações a recolher	17	18	37	42
	5.599	9.740	110.687	159.209
Circulante	5.599	9.740	110.687	159.209

O saldo no consolidado em 30/06/2025, no montante de R\$ 110.687, apresentou uma redução em relação ao período de 31/12/2024, em razão das liquidações das verbas rescisórias, dos pagamentos do FGTS em atraso e de demais obrigações trabalhistas, liquidados com utilização de recursos recebidos pela venda da participação da CBD Participações.

Nota 18 - Provisão de Custo e Encargos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
ICMS s/Receitas(a)	2.303	2.303	2.303	2.303
Provisão Fundo Taranis (b)	10.078	-	10.078	-
	12.381	2.303	12.381	2.303
Não circulante	12.381	2.303	12.381	2.303

- a) O montante de R\$ 2.303, na controladora e no consolidado, corresponde à provisão de ICMS sobre receitas já reconhecidas, mas ainda não faturadas, em função de disputas judiciais em andamento entre o cliente e a Companhia;

Notas Explicativas

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- b) Refere-se às despesas administrativas incorridas pelo Fundo Taranis desde a sua constituição, contabilizadas em conta de provisões para despesas no presente exercício.

Nota 19 - Adiantamentos de Clientes

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Saldo Inicial	-	30	58.338	36.011
Adições/ Baixas	-	(30)	(21.104)	22.327
Saldo Final	-	-	37.234	58.338

Os saldos de adiantamentos referem-se aos sinais recebidos por conta de vendas de produtos ou serviços, bem como às antecipações de aluguéis, deduzidos dos valores já contabilizados em receitas pelo avanço físico e dos faturamentos já realizados.

A variação dos saldos, de R\$ 58.338 em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 37.234 em 30 de junho de 2025, decorre da baixa dos valores recebidos da empresa ICTSI América B.V., a título de antecipação das negociações relativas ao Estaleiro Inhaúma.

Conforme previsto em contrato, os valores adiantados seriam deduzidos do preço final da transação, caso a alienação do Estaleiro fosse concluída. Alternativamente, na hipótese de não concretização da venda, tais valores seriam considerados adiantamentos referentes aos aluguéis do Estaleiro.

Com a conclusão das negociações em abril de 2025, os valores adiantados foram abatidos do preço final da transação.

Nota 20 - Tributos Diferidos

20.1. Tributos Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa da contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, apuradas em conformidade com o pronunciamento do IBRACON, e pela Deliberação CVM nº 599/09 e pela Instrução CVM nº 371/02.

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para a determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias ou até o limite do valor registrado de tributos diferidos passivos.

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferidos durante o exercício são as seguintes:

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos		Controladora						Efeito Líquido
		Tributos Diferidos Ativos		Tributos Diferidos Passivos				Ativo e Passivo
		Diferenças Temporárias	Total	Impostos s/Reserva de Reavaliação	Impostos s/ Lucro Estatais	Custo Atribuído	Revisão de Vida Útil	Total
Em 31 de dezembro de 2024	32.883	32.883	13.104	8.560	10.790	429	32.883	-
Constituição dos Tributos	66	66	-	-	-	66	66	-
Baixa dos Tributos	(8.731)	(8.731)	-	(8.560)	(171)	-	(8.731)	-
Em 30 de junho de 2025	24.218	24.218	13.104	-	10.619	495	24.218	-

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos		Consolidado							Líquido
		Tributos Diferidos Ativos		Tributos Diferidos Passivos					Ativo e Passivo
		Diferenças Temporárias	Total	Impostos s/Reserva de	Impostos s/ Lucros Estatais	Outros Impostos Diferidos	Custo Atribuído	Revisão de Vida Útil	Total
Em 31 de dezembro de 2024	81.393	81.393	13.104	37.564	5.985	12.067	12.673	81.393	-
Constituição dos Tributos	74	74	-	-	-	-	74	74	-
Baixa dos Tributos	(39.980)	(39.980)	-	(37.564)	-	(2.340)	(76)	(39.980)	-
Em 30 de junho de 2025	41.487	41.487	13.104	-	5.985	9.727	12.671	41.487	-

No exercício de 2025, os tributos diferidos estão registrados nas Demonstrações Financeiras pelo valor líquido, ou seja, os saldos de ativos e passivos fiscais diferidos são apresentados de forma compensada, resultantes do encontro de contas entre valores

20.2. Despesas com Tributos sobre o Lucro

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Prejuízo Antes dos Tributos sobre o Lucro	(346.493)	(146.566)	(350.047)	(150.560)
IRPJ / CSLL Alíquota Nominal	34%	34%	34%	34%
Total Tributos	-	-	-	-
Ajustes Apuração Alíquota Efetiva				
Adições/Exclusões	227.590	93.098	2.156	46.838
Resultado de Equivalência Patrimonial	(226.814)	(98.000)	(1.380)	(50.183)
IRPJ / CSLL no Resultado	776	(4.902)	776	(3.346)
Tributos Correntes	-	-	-	-
Tributos Diferidos	776	(4.902)	776	(3.346)
Alíquota Efetiva	-0,22%	3,34%	-0,22%	2,22%

No exercício anterior, foram reconhecidos os créditos dos prejuízos fiscais utilizados para liquidação parcial do parcelamento da transação individual, conforme previsto nos termos da Portaria PGFN nº 6.757, de 29 de julho de 2022, e Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, no montante de R\$ 720,7 milhões no consolidado e R\$ 360,2 milhões na controladora.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 21 - Partes Relacionadas

As transações com partes relacionadas foram realizadas a valores e prazos usuais de mercado, e os valores relativos às operações envolvendo as empresas incluídas no processo de consolidação já se encontram eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas, uma vez que se compensam. Os principais saldos das operações estão assim demonstrados, em 30/06/2025, nas demonstrações financeiras da Controladora:

Composição dos saldos

Ativo Não Circulante

Empresas

		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Delft Administração e Participações S.A.	Coligada	-	-	7.829	7.601
CBD Adm. e Participações S.A.	Controlada	-	3.857	-	-
Enisa - Inovação e Infraestrutura S/A	Controlada	491	91	2.949	2.942
IESA - Óleo & Gás S.A.	Controlada	4.313	3.019	745	745
IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.	Controlada	165.524	195.996	-	-
Cia Brasileira de Diques S.A.	Coligada	-	-	-	-
IESA Transportes S.A.	Controlada	4.527	4.527	-	-
Inepar Administração e Participações S.A.	Controladora	-	-	4.073	3.827
QUIP S.A.	Controlada	-	-	940	940
Afac Inepar Innovida Latin America S.A.	Demais empresas	6	6	6	6
Afac Inepar Innovida Participações S.A.	Controlada	5.400	5.400	3.900	3.900
Afac Penta Participações S.A.	Controlada	9.891	9.891	-	-
Demais empresas	Coligada	12.054	10.482	12.085	10.482
		202.206	233.269	32.527	30.443

Passivo Não Circulante

Empresas

		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Cia Brasileira de Diques S.A.	Coligada	730	4.163	730	4.163
CBD Adm e Participações S.A.	Controlada	69.908	-	-	-
Enisa - Inovação e Infraestrutura S/A	Controlada	-	-	2.949	2.942
IESA Óleo & Gás S/A	Controlada	-	-	638	745
Inepar Administração e Participações S.A.	Controladora	44.327	82.370	37.827	82.370
Inepar DTVM	Coligada	10	10	10	10
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	Controlada	256.234	252.808	-	-
Inepar Innovida Participações S.A.	Controlada	-	-	5.876	5.840
Penta Participações e Investimentos Ltda	Controlada	155.467	155.486	-	-
QGI Brasil S.A.	Controlada	-	-	28.349	28.349
Demais Empresas	Coligada	9	10	59	58
		526.685	494.847	76.438	124.477

Líquido entre Ativo e Passivo

324.479 261.578 43.911 94.034

Contas Correntes: A tabela a seguir, apresenta a movimentação das contas correntes com empresas controladas, coligadas e da controladora, e demonstra a variação monetária líquida dos saldos de contratos remanescentes. As taxas utilizadas nos contratos são pré-fixadas e refletem o custo de captação de recursos no mercado. O saldo é exigível a qualquer tempo para as Companhias controladas Inepar Equipamentos e Montagens S.A. e IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2025**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO		CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
		Adições/			Adições/		
		Saldo	Baixas/ Var.	Saldo	Saldo	Baixas/ Var.	Saldo
		31/12/2024	Monetária	30/06/2025	31/12/2024	Monetária	30/06/2025
Empresas							
Delft Administração e Participações S.A.	Coligada	-	-	-	7.601	228	7.829
CBD Adm. e Participações S.A.	Controlada	3.857	(3.857)	-	-	-	-
Enisa - Inovação e Infraestrutura S/A	Controlada	91	400	491	2.942	7	2.949
IESA - Óleo & Gás S.A.	Controlada	3.019	1.294	4.313	745	-	745
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.	Controlada	195.996	(30.472)	165.524	-	-	-
IESA Transportes S.A.	Controlada	4.527	-	4.527	-	-	-
Inepar Adm. e Participações S.A.	Controladora	-	-	-	3.827	246	4.073
Sadefem Equip e Montagens S.A.	Coligada	-	-	-	-	31	31
QUIP S.A.	Controlada	-	-	-	940	-	940
AFAC - Inepar Innovida Latin America S.A.	Coligada	6	-	6	6	-	6
AFAC - Inepar Innovida Participações S.A.	Controlada	5.400	-	5.400	3.900	-	3.900
AFAC - Penta Participações Ltda.	Controlada	9.891	-	9.891	-	-	-
Demais empresas	Coligada	10.482	742	12.054	10.482	2.385	12.054
		233.269	(31.893)	202.206	30.443	2.897	32.527
PASSIVO							
Cia. Brasileira de Diques S.A.	Coligada	4.163	(3.433)	730	4.164	(3.434)	730
CBD Adm. e Participações S.A.	Controlada	-	23.872	69.908	-	-	-
Enisa - Inovação e Infraestrutura S/A	Controlada	-	-	-	2.942	7	2.949
IESA Óleo & Gás S/A	Controlada	-	-	-	745	(107)	638
Inepar Administração e Participações S/A	Controladora	82.370	(38.043)	44.327	82.370	(44.543)	37.827
Inepar DTVM	Coligada	10	-	10	10	-	10
Inepar Equipamentos e Montagens S.A. (a)	Controlada	252.808	3.426	256.234	-	-	-
Inepar Innovida Participações S.A.	Coligada	-	-	-	5.840	36	5.876
Penta Participações e Investimentos Ltda (b)	Controlada	155.486	(19)	155.467	-	-	-
QGI Brasil S.A.	Controlada	-	-	-	28.349	-	28.349
Demais Empresas	Coligada	10	(1)	9	57	2	59
		494.847	(14.198)	526.685	124.477	(48.039)	76.438
Líquido entre Ativo e Passivo		261.578		324.479	94.034		43.911

a) Refere-se à transferência de direitos sobre ativos financeiros utilizados pela Companhia para liquidação da alienação de 50% da participação na Companhia Brasileira de Diques.

b) Refere-se, principalmente, ao valor do investimento nas Centrais Elétricas Matogrossense S.A.-CEMAT, alienado pela controlada Penta a favor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, pelo valor de R\$ 155.492, conforme decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através do processo nº 1010111-27.2014.8.26.0037. Esse valor foi utilizado para amortização de parte da dívida da Inepar junto ao BNDES.

A Companhia e suas Controladas mantêm relações e operações em condições específicas e em montantes significativos com partes relacionadas. Consequentemente os resultados de suas operações poderiam ser diferentes daqueles que tem obtidos de transações efetuadas apenas com partes relacionadas.

As informações relativas à remuneração da Administração estão detalhadas na Nota Explicativa nº 34 das demonstrações financeiras.

Nota 22 – Provisão para Contingências

1-Critérios de reconhecimento e mensuração

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e ou suas controladas têm uma obrigação no presente (legal ou não formalizada) resultante de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja necessária para

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

liquidar tal obrigação e seu valor possa ser estimado de forma confiável, em conformidade com a CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

As contingências são avaliadas e classificadas como:

Prováveis: quando a perda é provável, e, portanto, portanto há constituição de provisão;

Possíveis: quando a perda é possível, sem a constituição de provisão, apenas divulgada em nota explicativa;

Remota: quando a perda é considerada remota, não sendo reconhecida nem divulgada.

As provisões são revisadas a cada encerramento de exercício ou período intermediário, considerando a melhor estimativa disponível, com base em pareceres dos assessores jurídicos internos e externos, incluindo atualização monetária e encargos incidentes, quando aplicável.

2-Contingências Passivas

A Companhia está envolvida em processos judiciais em andamento perante diferentes tribunais e instâncias de natureza trabalhista, tributária e civil. Para esses processos, a Companhia apresentou defesa administrativa e judicial e as provisões foram constituídas com base na avaliação de seus assessores jurídicos.

A administração da Companhia entende que a provisão para contingências constituída para os processos cuja perda é considerada como provável é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais. Parte destas contingências estão suportadas por depósitos judiciais relacionados aos processos em discussão.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Saldo Inicial	85.160	73.745	196.508	180.637
Adições/ Baixas	(21.927)	11.415	(28.548)	15.871
(-) Baixas	-	-	-	-
Saldo Final	63.233	85.160	167.960	196.508

	Controladora				Consolidado			
	30/06/2025		31/12/2024		30/06/2025		31/12/2024	
	Possível	Provável	Possível	Provável	Possível	Provável	Possível	Provável
Trabalhistas	6.911	21.005	6.911	22.004	118.683	63.334	118.683	70.953
Tributárias	146.443	33.181	146.443	35.520	200.197	53.537	200.197	55.876
Cíveis	407.806	9.047	407.806	27.636	638.486	51.089	638.486	69.679
	561.160	63.233	561.160	85.160	957.366	167.960	957.366	196.508

3-Principais processos

- a) **Contingências trabalhistas:**
 Refere-se s processos ajuizados por ex-funcionários e terceiros que prestaram serviços, envolvendo principalmente horas extras, adicionais, verbas rescisórias em contratos de empreitadas e fornecimento.

Os valores provisionados decorrem de processos cuja perda foi classificada como provável, com base em pareceres dos assessores jurídicos.

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2025, houve uma redução de R\$ 7.619 mil em razão de acordos judiciais e encerramentos de processos financiados pelos recursos oriundos da alienação da participação do Fundo Inhaúma.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2025**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores classificados como perdas possíveis permaneceram inalterados em relação aos de 31 de dezembro de 2024, totalizando R\$ 118.683 mil.

Destacamos abaixo os principais processos trabalhistas:

Processo nº	0010629-84.2019.5.15.0079
a Juízo	2ª Vara do Trabalho de Araraquara/SP
b Instância	Extraordinária – TST
c Data de instauração	31.05.2019
d Partes no processo	Sindicato Trab. De Araraquara E Americo Iesa Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.
e Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 46.000.000,00
f Principais fatos	Multa normativa ao atraso de salário
g Resumo das decisões de mérito proferidas	Sentença: condenação a multa normativa. Acórdão do Recurso Ordinário: Parcialmente procedente para limitar o valor da multa à obrigação principal. Aguardando decisão no Agravo de Instrumento em Recurso de Revista.
h Estágio do processo	Fase de conhecimento/ Recursal
i Chance de perda	Possível
j Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Discussão acerca da aplicação de Multa Normativa (Prevista em Convenção Coletiva de Trabalho)
k Análise do impacto em caso de perda do processo	A Cia no período da ação celebrou acordo com o Sindicato para pagamento e diferimento de saldo salarial, deixando, após o acordo, de aplicar a incidência da multa, não estando o valor contabilizado.
l Valor provisionado	R\$ 0,00

Processo nº	00100669.92.2017.5.01.008
a Juízo	8 Vara do trabalho do Rio de Janeiro
b Instância	Grau Recursal - TST
c Data de Instauração	02/05/2017
d Partes no Processo	Maria Ignes Franco Penna Moreira Iesa Óleo e Gás S.A.
e Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 5.525.341,12
f Principais fatos	Reconhecimento de vínculo - Pejotização
g Resumo das decisões de mérito proferidas	Sentença: Parcialmente procedente, reconhecendo o vínculo.
h Estágio do processo	Suspensão no TST por decisão proferida no STF na Reclamação 83.379 Rio de Janeiro (Tema 1.389/STF)
i Chance de perda	Provável / Alteração para Possível – Diante do Tema 1.389/STF.
j Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Discussão sobre reconhecimento de vínculo de colaborador Pessoa Jurídica
k Análise do impacto em caso de perda do processo	Processo que envolve direito a recebimento de valores não reconhecido e não contabilizado.
l Valor provisionado	R\$ 5.525.341,12

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Processo nº		0010331.52.2015.5.01.0005
a	Juízo	5ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro
b	Instância	2ª Instância
c	Data de Instauração	17/03/2015
d	Partes no Processo	Antonio Carlos Pereira Teixeira Iesa Óleo e Gás S.A.
e	Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 5.307.145,49
f	Principais fatos	Equiparação salarial; Piso salarial; Paradigma; HE
g	Resumo das decisões de mérito proferidas	Sentença: Ação parcialmente procedente para reconhecer o vínculo de emprego desde 2004, condenando a reclamada principal (IESA), com responsabilidade subsidiária da Petrobras, ao pagamento de verbas rescisórias e danos morais, observada a prescrição parcial. Acórdão no Recurso Ordinário: negou provimento, mantendo a sentença.
h	Estágio do processo	Execução
i	Chance de perda	Provável
j	Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Processo que envolve direito a recebimento de valores não reconhecido e não contabilizado.
k	Análise do impacto em caso de perda do processo	
l	Valor provisionado	R\$ 5.307.145,49

4) Contingências tributárias:

Compreendem basicamente, por autuações fiscais de âmbito estadual e federal, bem como e pedidos de restituição ou compensação de tributos, atualmente em processo de julgamento, que de acordo com nossos Consultores fiscais, De acordo com os consultores fiscais da Companhia há possibilidade de redução dos valores em razão da prescrição, conforme a Súmula Vinculante nº 08 e aplicação de várias legislações vigentes. Neste exercício, foram também provisionados os valores relativos a débitos em fase de parcelamentos junto à Receita/PGFN.

Destacamos abaixo os principais processos tributários:

Processo nº		0012505-24.2014.8.26.0037 (0012506-09.2014.8.26.0037 e 0012507-91.2014.8.26.0037) - 1513961-56.2019.8.26.0037 - 1008858-57.2021.8.26.0037 - 1507510-73.2023.8.26.0037
a	Juízo	Vara da Fazenda Pública
b	Instância	Primeira Instância
c	Data de Instauração	11/12/2021
d	Partes no Processo	Prefeitura do Município de Araraquara Iesa Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.
e	Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 78.156.613,41
f	Principais fatos	Trata-se de execução fiscal movida pelo Município de Araraquara, por suposta cobrança de ISSQN sob o fundamento de que os serviços prestados pela Executada se enquadram na Lei Complementar nº 116/03, com incidência de ISSQN. Aguardando-se a integral garantia dos autos para posterior oposição de Embargos à Execução, uma vez que a atividade desenvolvida pela Executada consiste na industrialização de matérias-primas fornecidas pelo cliente, operação que gera a incidência de ICMS, e não de ISSQN.
g	Resumo das decisões de mérito proferidas	
h	Estágio do processo	Execução
i	Chance de perda	Possível
j	Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Discussão acerca da correta incidência de imposto em caso de industrialização.
k	Análise do impacto em caso de perda do processo	A empresa entendeu pela incidência de ICMS nos contratos de industrialização, não estando contabilizado, portanto, valores devidos a título de ISSQN.
l	Valor provisionado	R\$ 0,00

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Processo nº	1510442-44.2017.8.26.0037
a	Juízo	Vara da Fazenda Pública
b	Instância	Primeira Instância
c	Data de Instauração	06/12/2021
d	Partes no Processo	Prefeitura do Município de Araraquara Iesa Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.
e	Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 493.625,44
f	Principais fatos	Trata-se de suposta cobrança de ISSQN sob o fundamento de que os serviços prestados pela Executada enquadram na LC 116/03 incidindo ISSQN. Embargos opostos sob nº 1001929- na industrialização de matérias primas fornecidas pelo cliente, gerando ICMS e não ISS. Aguardando 13.2018.8.26.0037, em razão que a atividade da Executada consiste decisão STJ.
g	Resumo das decisões de mérito proferidas	Decisões de mérito proferidas até o momento fundamentam-se no entendimento de que a atividade desenvolvida pela empresa está prevista no item 14.05 da lista de serviços incidindo ISSQN.
h	Estágio do processo	Aguardando decisão STJ (RE 882.461/PR- firmou entendimento reconhecendo que a industrialização por encomenda com destinação à comercialização não configura prestação de serviço, excluindo a incidência do ISS)
i	Chance de perda	Possível
j	Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Discussão acerca da correta incidência de imposto em caso de industrialização.
k	Análise do impacto em caso de perda do processo	A empresa entendeu pela incidência de ICMS nos contratos de industrialização, não estando contabilizado, portanto, valores devidos a título de ISSQN.
l	Valor provisionado	R\$ 0,00

No 1º semestre de 2025, houve pequenas alterações nos valores dos processos tributários, permanecendo, entretanto, substancialmente inalterados em relação aos montantes de 31 de dezembro de 2024.

Assim, os processos classificados como perdas possíveis totalizam R\$ 200.197 mil, enquanto os processos classificados como perda provável somam R\$ 53.537 mil.

5)Contingências cíveis:

As contingências cíveis decorrem, principalmente, de ações indenizatórias, execuções de contratos, cobranças e disputas envolvendo fornecedores, prestadores de serviços e instituições financeiras, relacionadas a obrigações assumidas em exercícios anteriores.

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2025, houve uma redução de R\$ 18.581 mil em razão de acordos judiciais e encerramentos de processos financiados pelos recursos oriundos da alienação da participação do Fundo Inhaúma.

Destacamos abaixo os principais processos cíveis:

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Processo nº	1093196-66.2021.8.26.0100
a	Juízo	32ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO PAULO - SP
b	Instância	2ª instância
c	Data de Instauração	30/08/2021
d	Partes no Processo	Fator Seguradora S.A. Iesa Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.
e	Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 54.036.754,02
f	Principais fatos	Ação monitória tem como objeto a cobrança de crédito que a Fator detém contra a Iesa e suas fiadoras em razão do pagamento de indenização securitária feito em favor da Andritz Hydro Ltda., atual denominação da Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A. ("Andritz" ou "Segurada"), diante dos prejuízos experimentados com o inadimplemento da Ordem de Compra nº Y004 ("Contrato" – doc. 3) e que foi objeto da Ação Judicial nº 1063973-78.2015.8.26.0100, que tramitou perante a 32ª Vara Cível deste Foro Central da Comarca de São Paulo/SP ("Ação de Cobrança").
g	Resumo das decisões de mérito proferidas	Sentença: Rejeitou os Embargos Monitórios, julgando procedentes os pedidos do Fator.
h	Estágio do processo	Aguardando julgamento da Apelação.
i	Chance de perda	Possível
j	Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é relevante por trazer a possibilidade de imputação à Cia de obrigação não reconhecida e, portanto, não contabilizada.
k	Análise do impacto em caso de perda do processo	O impacto é o acréscimo do valor do débito no passivo da Cia.
l	Valor provisionado	R\$ 0,00 (pela classificação possível)

	Processo nº	1056435-80.2014.8.26.0100
a	Juízo	34ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO PAULO/SP
b	Instância	2ª instâncias
c	Data de Instauração	18/06/2014
d	Partes no Processo	FIDC Polo Recuperação De Crédito – Fundo De Investimentos Np (Petros FIDC) Inepar S.A. Indústria e Construções.
e	Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 210.086.884,31
f	Principais fatos	Acordo celebrado em 05.02.2018 com AF e promessa de dação em pagamento do imóvel de Magé. Após transcurso de 03 anos da celebração do acordo com a Petros, a Inepar, por ter cumprido as obrigações de pagamento inicial e liberação do imóvel, notificou o credor para realização da dação em pagamento. A Petros se negou a receber apenas o imóvel, buscando receber o saldo devido em dinheiro. As partes buscaram uma composição, mas sem êxito no resultado. A Petros retomou a execução 1056435-80.2014.8.26.0100 (81% do crédito), pelo valor confessado no momento do acordo, executando saldo elevado de forma extraconcursal. A Inepar tomou as medidas necessárias na execução, tendo sido reconhecido pelo TJ/SP que a extraconcursalidade do crédito é limitada ao imóvel de Magé. Assim, qualquer saldo entendido e reconhecido como devido deve ser pago com as limitações legais da Lei 11.101/2005 e na forma prevista no Plano de Recuperação Judicial para os credores quirografários. Não há provisão de saída em dinheiro.
g	Resumo das decisões de mérito proferidas	Sem decisão de mérito após retomada da execução. As decisões versam sobre a possibilidade do prosseguimento da execução e natureza do crédito.
h	Estágio do processo	Em fase de execução. Levadas em juízo teses de possibilidade do prosseguimento da execução e natureza do crédito.
i	Chance de perda	Provável
j	Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Por ter como objeto saldo não reconhecido pela Cia e que, se reconhecido, deve ser pago nos termos do Plano de RJ.
k	Análise do impacto em caso de perda do processo	Acrescimento do passivo a ser pago nos termos do Plano de RJ – valores mobiliários – classe quirográfaria.
l	Valor provisionado	R\$ 8.846.916,09 (Saldo contabilizado, mas também coberto pela garantia – imóvel). Se confirmada a obrigação de pagamento de saldo pela Cia que sobrejar o valor garantido pelo imóvel, este saldo deverá ser apurado para pagamento na forma prevista no Plano de RJ (com valores mobiliários) e com as limitações de atualização e encargos imposta pela Lei 11.101/2005 e pelo Plano de RJ.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Processo nº	0024440-33.2002.8.26.00053
a	Juízo	2ª VARA DAFAZENDA PÚBLICA DA CAPITAL
b	Instância	2ª instância
c	Data de Instauração	16.12.2017
d	Partes no Processo	Ministério Público De São Paulo Inepar S.A. Indústria e Construções.
e	Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 38.727.529,57
f	Principais fatos	Trata-se de ação questionando a execução contratual de avença firmada entre a Inepar e a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM -, sob o registro n. 703660102400. Alega que teria sido praticado preço "superfaturado" no referido contrato, uma vez que, supostamente, a Inepar teria subcontratado parcelas significativas do escopo contratual original, remunerando-se as empresas subcontratadas com valores significativamente abaixo daquele cobrado no contrato principal.
g	Resumo das decisões de mérito proferidas	Sentença ; julgamento de procedência.
h	Estágio do processo	Em sede de Apelação
i	Chance de perda	Possível
j	Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é relevante por trazer a possibilidade de imputação à Cia de obrigação não reconhecida e, portanto, não contabilizada.
k	Análise do impacto em caso de perda do processo	O impacto é o acréscimo do valor do débito no passivo da Cia, O impacto é o acréscimo do valor do débito no passivo da Cia, a ser pago nos termos do Plano de RJ – valores mobiliários – classe quirografária.
l	Valor provisionado	R\$ 0,00 (pela classificação possível)

	Processo nº	0168247-72.2019.8.19.0001
a	Juízo	8ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO PAULO- SP
b	Instância	2ª instância
c	Data de Instauração	12/07/2019
d	Partes no Processo	Docas Investimentos Ltda Inepar S.A. Indústria e Construções.
e	Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 37.324.125,55
f	Principais fatos	A empresa Docas pleiteia a cobrança do saldo dos créditos decorrentes das notas fiscais emitidas em razão das medições realizadas entre setembro/2014 e maio/2015, deduzindo-se o montante anteriormente levantado pela Inepar.
g	Resumo das decisões de mérito proferidas	Pendente.
h	Estágio do processo	Em sede de Embargos à Execução.
i	Chance de perda	Possível
j	Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é relevante por trazer a possibilidade de imputação à Cia de obrigação não reconhecida e, portanto, não contabilizada.
k	Análise do impacto em caso de perda do processo	O impacto é o acréscimo do valor do débito no passivo da Cia.
l	Valor provisionado	R\$ 0,00 (pela classificação possível)

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Processo nº	0742709-34.2023.8.07.0001
a	Juízo	13ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO PAULO- SP
b	Instância	1ª instância
c	Data de Instauração	16/10/2023
d	Partes no Processo	Fernandes & Silva Sociedade De Advogados Inepar S.A. Indústria e Construções.
e	Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 166.795.325,71
f	Principais fatos	Trata-se de ação ajuizada por Fernandes & Silva Sociedade de Advogados, visando à cobrança do montante de R\$ 163.165.668,86, sob a alegação de ser credora da referida quantia, sendo que R\$ 78.965.668,86 já estariam vencidos e exigíveis, enquanto o valor remanescente seria devido e venceria no curso do processo.
g	Resumo das decisões de mérito proferidas	Pendente.
h	Estágio do processo	Em sede de embargos monitórios.
i	Chance de perda	Possível
j	Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é relevante por trazer a possibilidade de imputação à Cia de obrigação não reconhecida e, portanto, não contabilizada.
k	Análise do impacto em caso de perda do processo	O impacto é o acréscimo do valor do débito no passivo da Cia.
l	Valor provisionado	R\$ 0,00 (pela classificação possível)

	Processo nº	1058554-14.2014.8.26.0100
a	Juízo	35ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL – SP
b	Instância	1ª instância
c	Data de Instauração	25/06/2014
d	Partes no Processo	BRL Trust Distribuidora De Títulos e Valores Mobiliários Inepar S.A. Indústria e Construções.
e	Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 459.152.172,00
f	Principais fatos	Acordo celebrado em 31.03.2021 foi declarado rescindido pelo credor. Acordo com AF de Cotas do FIDIC Taranis. O credor executou saldo confessado no Acordo atualizado, requerendo liquidação das cotas do FIDIC Taranis e penhoras sobre outros ativos. Inepar tomou as medidas na execução para extinção da execução no valor pretendido diante da concursalidade do crédito pelo fato gerador, sendo que a extraconcursalidade é limitada à garantia outorgada, podendo apenas esta ser objeto de execução e excussão, sendo que eventual saldo apurado somente poderá ser pago com as limitações legais da Lei 11.101/2005 e na forma prevista no Plano de Recuperação Judicial para os credores quirografários. Ainda não houve decisão de primeira instância.
g	Resumo das decisões de mérito proferidas	Sem decisão de mérito após retomada da execução.
h	Estágio do processo	Em fase de execução. Levadas em juízo teses de possibilidade do prosseguimento da execução e natureza do crédito.
i	Chance de perda	Provável
j	Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Por ter como objeto saldo não reconhecido pela Cia e que, se reconhecido, deve ser pago nos termos do Plano de RJ.
k	Análise do impacto em caso de perda do processo	Acréscimo do passivo a ser pago nos termos do Plano de RJ – valores mobiliários – classe quirografária.
l	Valor provisionado	R\$ 282.016.685,89 (Valor contabilizado). Se confirmada a obrigação de pagamento de saldo pela Cia que sobejar o valor garantido pelo imóvel, este saldo deverá ser apurado para pagamento na forma prevista no Plano de RJ (com valores mobiliários) e com as limitações de atualização e encargos imposta pela Lei 11.101/2005 e pelo Plano de RJ.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Processo nº	5017254-05.2017.4.04.7000
a	Juízo	Juízo Federal da 11ª VF de Curitiba
b	Instância	2ª instância
c	Data de Instauração	25/04/2017
d	Partes no Processo	União Federal Ilesa Óleo e Gás S.A.
e	Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 11.098.273.333,12 (valor considerando todas as rés)
f	Principais fatos	Ação civil pública de improbidade com vistas à condenação de várias rés (pessoas físicas e jurídicas) nas sanções da lei de improbidade administrativa referente à contratos firmados entre Petrobras e Odebrecht no âmbito da operação
g	Resumo das decisões de mérito proferidas	Pendente.
h	Estágio do processo	Instrução.
i	Chance de perda	Remota
j	Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é relevante por trazer a possibilidade de imputação à Cia de obrigação não reconhecida e, portanto, não contabilizada.
k	Análise do impacto em caso de perda do processo	O impacto é o acréscimo do valor do débito no passivo da Cia, a ser pago nos termos do Plano de RJ – valores mobiliários – classe quirografária.
l	Valor provisionado	R\$ 0,00 (pela classificação remota)

a) Contingências Ativas

A empresa possui diversos processos de ações judiciais e administrativas que estão em discussão, porém sem ainda ter uma decisão definitiva, em trânsito e julgado, ou seja, em 3ª instância, quando não há mais contestação. Quando da conclusão destes processos, a empresa divulga através de notas explicativas, com o reconhecimento contábil no resultado.

Dessa forma, esses valores dos ativos não são reconhecidos diretamente no balanço patrimonial. A Companhia divulga os valores envolvidos nestes processos através do relatório da administração, informando os valores dos prováveis recebimentos e informa o total dos pleitos em discussão. Com base em dados passados, em média consegue êxito de até 52% do total discutido, sendo que o relatório divulga uma projeção dos pleitos considerados prováveis pelos consultores especializados.

INFORMAÇÃO SOBRE OS PROCESSOS DE CLAIM'S

Valor histórico dos claim's	480 milhões
Valor atualizado dos Claims	2.956 milhões
Provável recebimento	1.000 milhões
Possível recebimento	412 milhões
Remoto recebimento	213 milhões

A classificação entre, provável, possível ou remota decorre dos relatórios mensais emitidos pelos advogados patronos dos processos judiciais. Os valores atribuídos resultam tanto da média histórica de êxitos dos pleitos quanto da análise da probabilidade de celebração de acordos administrativos.

FIDC Taranis

O FIDC Taranis é constituído sob a forma de condomínio fechado e destina-se exclusivamente a investidores qualificados, conforme definidos pela legislação vigente.

Por ocasião de sua constituição, as Companhias realizaram aportes de claims no montante de R\$ 619,1 milhões, por meio da cessão de créditos oriundos de processos judiciais em andamento, cujo valor totaliza atualmente cerca de R\$ 1,6 bilhão. A eficácia na monetização desses ativos é historicamente comprovada, situando-se em patamar

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

superior a 60%. Empresas especializadas avaliaram tais créditos pelo valor de face, aplicando desconto superior a 40%, em razão de possíveis insucessos nas demandas judiciais.

A expectativa de monetização é da ordem de R\$ 692 milhões, ao longo dos próximos anos, distribuídos conforme a projeção a seguir:

- Valor histórico dos claims: **R\$ 225 milhões**
- Valor quando da constituição: **R\$ 880 milhões**
- Valor atualizados dos claims: **R\$ 1.625 milhões**
- Provável recebimento: **R\$ 448 milhões**
- Possível recebimento: **R\$ 244 milhões**
- Remoto recebimento: **R\$ 157 milhões**

Nota 23 - Provisão para Passivo a Descoberto

O saldo da rubrica de provisão para passivo a descoberto totaliza R\$ 980.148 mil em 30 de junho de 2025 e R\$ 796.917 mil em 31 de dezembro de 2024, correspondendo aos valores das controladas IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. e Inepar Innovida Participações S.A.

No consolidado, o valor apurado é de R\$ 13.517 mil em 30 de junho de 2025 e R\$ 12.911 mil em 31 de dezembro de 2024, correspondentes às empresas que não são consolidadas nas demonstrações da controlada IESA Óleo & Gás S.A., uma vez que esta não detém participação significativa nem exerce poder de controle sobre tais sociedades.

Um passivo a descoberto ocorre quando o total das obrigações (passivos) de uma entidade supera o total de seus bens e direitos (ativos), resultando em patrimônio líquido negativo. Nessa situação, os recursos disponíveis não são suficientes para a liquidação integral das dívidas, sendo a diferença — a situação líquida negativa — reconhecida como passivo a descoberto.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.	970.538	787.328	-	-
Inepar Innovida Participações S.A	9.481	9.460	-	-
Outras empresas	129	129	13.517	12.911
	980.148	796.917	13.517	12.911
Circulante	-	-	-	-
Não circulante	980.148	796.917	13.517	12.911

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 24 - Outras Contas a Pagar

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Delft Administração e Participações S.A	-	-	6.071	6.129
Obrigações imóvel Macaé (a)	-	3.000	-	3.000
Provisões diversas obrigações a pagar	3.702	5.702	4.344	7.956
Outras contas a pagar (b)	79.723	64.423	205.526	199.657
Acordos a pagar (c)	-	22.906	-	22.906
	83.425	96.031	215.941	239.648
Circulante	83.425	96.031	214.462	238.216
Não circulante	-	-	1.479	1.432

- a) Refere-se à baixa da provisão relacionada a despesas não incorridas referentes ao imóvel localizado em Magé
- b) Refere-se, principalmente, ao registro das obrigações extraconcursais constituídas para atender aos acordos efetuados, através do Plano de Recuperação Judicial, bem como para atender as necessidades de capital de giro da Companhia;
- c) Refere-se ao acordo assinado em 29/04/2015 com a Itiquira Energética S.A., por meio da empresa Swiss Re Corporate Brasil Seguros, destinado ao encerramento do litígio judicial, o qual não foi integralmente cumprido, objeto da execução nº 0135394-63.2006.8.26.0100, em trâmite na 34ª Vara Cível do Fórum Central da Capital.

No 2º trimestre de 2025, a empresa finalizou um acordo visando uma solução definitiva, por meio do qual foram liberados os depósitos judiciais em função do reconhecimento da concursabilidade do passivo com a Swiss-Re, estabelecimento a forma de pagamento por meio das debêntures perpétuas.

O passivo com a Swiss-Re foi liquidado contabilmente em julho de 2025. Em 31/12/2024, apresentava saldo no valor de R\$ 22.906, o qual foi reclassificado para o grupo de fornecedores no balanço de 30/06/2025.

Nota 25 - Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Fornecedores em geral(a)	17.832	26.188	44.559	60.231
Fornecedores processos Judiciais(b)	36.192	-	36.192	-
	54.024	26.188	80.751	60.231
Circulante	54.024	26.188	80.751	60.231

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- a) O saldo de fornecedores em geral apresentou redução significativa, em razão da liquidação de passivos mediante a utilização dos recursos provenientes da venda da participação no Fundo Inhaúma, da celebração de acordos com o Metrô - SP e da liberação de depósitos judiciais.
- b) O valor de R\$ 36.192, refere-se, principalmente, à homologação do acordo assinado com a Swiss-RE, para liquidação do Processo 1036540-60.2019.8.26.0100, com sentença do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

A referida dívida foi classificada como concursal e, portanto, sua liquidação será realizada conforme os critérios estabelecidos no Plano de Recuperação Judicial, enquadrada na classe III – quirografários.

O passivo foi liquidado contabilmente em julho de 2025, por meio da utilização da 4ª emissão das debêntures perpétuas, aprovadas conforme Ata da 95ª Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 20/05/2024.

Nota 26 - Patrimônio Líquido

a) Capital Social:

O capital social integralizado é de R\$ 543.687 mil, representado por 31.978.720 ações ordinárias e 12.627.232 ações preferenciais.

As ações preferenciais não possuem direito a voto, mas conferem prioridade na distribuição de dividendos, que devem ser, no mínimo, 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias, conforme disposto no inciso I do art. 17 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01.

O Estatuto Social da Companhia estabelece a distribuição obrigatória de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

Conforme Aviso aos Acionistas emitido em 15 de maio de 2023, a Companhia efetuou o agrupamento de suas ações na proporção de 5 (cinco) ações antigas para 1 (uma) nova ação da mesma espécie e classe, sem modificação no valor total do capital social.

Posteriormente, em conformidade com a 95ª Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 20 de maio de 2024, foi autorizado o aumento do capital social no montante de R\$ 5.124 mil, mediante emissão particular de 289.642 ações ordinárias.

Do total subscrito, R\$ 999 mil foram destinados à conta de capital social e R\$ 4.125 mil à formação de reserva de capital, em conformidade com o disposto no art. 182, §1º, alínea “a”, da Lei nº 6.404/76.

b) Reserva de Capital: As Reservas de Capital apresentam o saldo de R\$ 184.417 e está assim composta:

Conforme a 84ª AGE, de 25/11/2015, foi autorizado o aumento de capital no valor de R\$ 83.978, mediante a emissão particular de 23.732.367 ações ordinárias, sendo destinado à conta de capital o valor de R\$ 4.271 e R\$ 79.707 para a formação de reserva de capital.

Conforme a 85ª AGE, de 28/12/2015, foi autorizado o aumento de capital no valor de R\$ 79.614, mediante a emissão particular de 22.499.035 ações ordinárias, sendo destinado à conta de capital o valor de R\$ 4.049, e R\$ 75.565 para a formação de reserva de capital.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme a 88ª AGE, de 12/08/2019, foi autorizado o aumento do capital no valor de R\$ 28.185, mediante a emissão particular de 398.266 ações ordinárias, sendo destinado a conta de capital o valor de R\$ 3.165, e R\$ 25.020 para a formação de reserva de capital.

Conforme a 95ª AGE, de 20/05/2024, foi autorizado o aumento do capital no valor de R\$ 5.124, mediante a emissão particular de 289.642 ações ordinárias, sendo destinado a conta de capital o valor de R\$ 999, e R\$ 4.125 para a formação de reserva de capital.

c) Reserva de Reavaliação: (i) De Ativos Próprios - É constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado, com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes. (ii) Nas Sociedades Controladas e Coligadas – os saldos são compostos pelo reflexo da reavaliação do investimento na empresa Penta Participações e Investimentos Ltda, e pelas reavaliações de bens dos ativos imobilizados contabilizados pelas controladas Inepar Equipamentos e Montagens S.A e IESA-Projetos, Equipamentos e Montagens S.A; com base em laudos firmados por peritos avaliadores independentes.

A realização da reserva, proporcional à depreciação incorrida sobre os bens reavaliados, ou quando ocorre a sua alienação, é integralmente transferida para lucros acumulados. A Companhia decidiu pela manutenção dos saldos das reservas de reavaliações constituídas até a vigência da Lei nº 11.638/07, tendo em vista que os valores contábeis estão inferiores aos de mercado, até a sua efetiva realização.

d) Debêntures Perpétuas: As debêntures perpétuas (6ª a 13ª emissões) apresentam o saldo de R\$ 237.162, e estão assim compostas:

- Conforme a 84ª AGE, de 25/11/2015, foram autorizadas a 6ª e 7ª emissão de debêntures perpétuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada, com valor nominal de R\$1,00 (um real) para cada uma, cujo valor total de emissão foi de R\$ 167.234 para a 6ª emissão, e de R\$ 66.433 para a 7ª emissão, todas subscritas e integralizadas mediante a conversão dos créditos existentes para cada credor.

- Conforme a 85ª AGE, de 28/12/2015, foram autorizadas a 8ª e 9ª emissão de debêntures perpétuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada, com valor nominal de R\$1,00 (um real) para cada uma, cujo valor total de emissão foi de R\$ 10.268 para a 8ª emissão, e de R\$3.926 para a 9ª emissão, todas subscritas e integralizadas mediante a conversão dos créditos existentes para cada credor.

- Conforme a 88ª AGE de 12/08/2019, foi autorizado a emissão 10ª emissão de debêntures perpétuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada e quantidade de debêntures 121.550, e valor unitário de R\$1,00 (um real), perfazendo o montante de R\$121.550 para 10ª emissão e de R\$ 6.507 para 11ª emissão, todas subscritas e integralizadas mediante a conversão dos créditos existentes para cada credor.

- Conforme deliberado na 95ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 20 de maio de 2024, foi autorizada a 12ª emissão de 192.653.942 debêntures perpétuas, conversíveis em ações, da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, destinadas à colocação privada, no montante de R\$ 192.653.942, ao valor unitário de R\$ 1,00 (um real). Na mesma oportunidade, foi igualmente aprovada a 13ª emissão de 1.248.430 debêntures, também para colocação privada, no montante de R\$ 1.248.430, ao valor unitário de R\$ 1,00 (um real).

Conversões realizadas das debêntures em ações:

- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 337 de 25/10/2018 – Valor de R\$ 937mil referente à conversão das debêntures perpétuas da 6ª emissão.

- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 338 de 18/12/2018 – Valor de R\$ 74 referente à conversão das debêntures perpétuas da 6ª emissão.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 341 de 15/02/2019 – Valor de R\$ 84 referente à conversão das debêntures perpétuas da 6ª emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 342 de 28/03/2019 – Valor de R\$ 453 referente à conversão das debêntures perpétuas da 6ª/7ª/8ª e 9ª emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 344 de 01/07/2019 – Valor de R\$ 472l referente à conversão das debêntures perpétuas da 6ª/ 8ª e 9ª emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 347 de 31/01/2020 – Valor de R\$ 2.625 referente à conversão das debêntures perpétuas da 6ª emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 348 de 03/07/2020 – Valor de R\$ 13.986 referente à conversão das debêntures perpétuas da 10ª e 11ª emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 351 de 13/11/2020 – Valor de R\$ 116 referente à conversão das debêntures perpétuas da 6ª e 7ª emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 353 de 13/11/2020 – Valor de R\$ 473 referente à conversão das debêntures perpétuas da 6ª/8ª e 10ª emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 354 de 07/05/2021 – Valor de R\$ 2.957 eferente à conversão das debêntures perpétuas da 6ª/8ª/9ª e 10ª emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 360 de 29/10/2021 – Valor de R\$ 4.888 referente à conversão das debêntures perpétuas da 1ª a 10ª emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 363 de 11/01/2022 – Valor de R\$ 26.296 referente à conversão das debêntures perpétuas da 1ª a 10ª emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 367 de 27/05/2022 – Valor de R\$ 12.214 referente à conversão das debêntures perpétuas da 6ª, 8ª e 10ª emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 369 de 27/09/2022 – Valor de R\$ 12.640 referente à conversão das debêntures perpétuas da 6ª, 8ª e 10ª emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 371 de 14/12/2022 – Valor de R\$ 6.778 referente à conversão das debêntures perpétuas da 6ª, 8ª e 10ª emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 373 de 30/03/2023 – Valor de R\$ 1.336 referente à conversão das debêntures perpétuas da 6ª, 8ª e 10ª emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 377 de 25/07/2023 – Valor de R\$ 29.663 referente à conversão das debêntures perpétuas da 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª e 11ª emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 379 de 29/09/2023 – Valor de R\$ 508 referente à conversão das debêntures perpétuas da 8ª, 10ª e 11ª emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 381 de 17/11/2023 – Valor de R\$ 15.655 referente à conversão das debêntures perpétuas da 6ª e 10ª emissão.

Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 383 de 26/02/2024 – Valor de R\$ 1,3 referente à conversão das debêntures perpétuas da 6ª emissão.

Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 386 de 04/04/2024 – Valor de R\$ 61 referente à conversão das debêntures perpétuas da 6ª emissão.

e) Créditos quirografários a converter: Com base no parecer dos nossos consultores jurídicos, efetuamos a reclassificação, para o patrimônio líquido, dos créditos que não mais representam passivos para a Companhia, e serão obrigatoriamente convertidos em debêntures perpétuas e/ ou ações a serem emitidas oportunamente pela Companhia, perfazendo o montante de R\$ 16.914. Esses créditos ainda não foram convertidos em função de divergências de valores, que estão sendo discutidos com os credores. Os valores, nesta rubrica foram registrados com base na melhor estimativa da Companhia.

f) Ajustes de avaliação patrimonial: Apresenta o saldo de R\$ 820.269, sendo que neste valor está incluído o montante de R\$ 782.105, referente aos ganhos nas conversões dos passivos quirografários em debêntures perpétuas da 7ª, 9ª e 11ª emissão, cujas conversões foram efetuadas de acordo com as escrituras dessas emissões.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Esses ganhos foram classificados no patrimônio líquido com base em parecer contábil do Professor Eliseu Martins, onde está entendido que as debêntures devem ser consideradas como instrumentos patrimoniais, tendo em vista que elas não geram a obrigação da companhia de entregar caixa ou outro instrumento financeiro.

g) Destinação do Lucro: Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Companhia.

f) Continuidade das Operações

No curto prazo, a Companhia concentra seus esforços na recomposição da carteira de pedidos, na retomada das relações comerciais com a Petrobras e com o Setor de Energia, bem como na reativação do segmento metroferroviário. Paralelamente, busca concluir a alienação das UPI's IPM e IOG, renegociar dívidas com credores e com o BNDES, além de monetizar ativos judicializados e não judicializados. Complementarmente, promove estudos para a instalação de uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE) em Araraquara, com o objetivo de ampliar a competitividade e atrair novos investimentos.

Nota 27 - Resultado por Ação

O resultado básico e diluído por lote de mil ações é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o exercício.

	30/06/2025	30/06/2024
Numerador		
Resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		
Resultado disponível aos acionistas preferenciais	(105.766)	(46.606)
Resultado disponível aos acionistas ordinários	(243.505)	(107.300)
	(349.271)	(153.906)
Denominador (em unidades de ações)		
Quantidade de ações preferenciais emitidas	12.627.232	12.627.232
Quantidade de ações ordinárias emitidas	31.978.720	31.978.720
Total	44.605.952	44.605.952
Lucro/(Prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações		
Ação preferencial	(8.376,06)	(3.690,89)
Ação ordinária	(7.614,60)	(3.355,35)

Conforme Aviso aos Acionistas datado de 22 de junho de 2021, a Companhia efetuou o desdobramento das ações de sua emissão, na proporção de 1 (uma) ação ordinária e/ou preferencial para 20 (vinte) ações da mesma espécie, sem alteração no valor do capital social.

Posteriormente, conforme Aviso aos Acionistas emitido em 15 de maio de 2023, foi realizado o agrupamento das ações na proporção de 5 (cinco) ações antigas para 1 (uma) nova ação da mesma espécie e classe, igualmente sem modificação no montante do capital social.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2025**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nos termos do Plano de Recuperação Judicial, as debêntures emitidas para pagamento de dívidas sujeitas ao Plano são conversíveis em ações e farão jus à remuneração equivalente a um percentual do lucro líquido do exercício social da emissora, em conformidade com o disposto no art. 191 da Lei nº 6.404/1976.

Nota 28- Receita Operacional Líquida

	Consolidado	
	30/06/2025	30/06/2024
Vendas Mercado Interno/Prestação de Serv.	2.859	3.263
(-) Impostos sobre as Vendas	(603)	(641)
Receita de Vendas	2.256	2.622

No acumulado até 30 de junho de 2025, a Companhia apresentou redução no faturamento de produtos e serviços em comparação ao mesmo período findo em 30 de junho de 2024, reflexo, principalmente, da diminuição da carteira de pedidos e da menor demanda por novos contratos no período.

A Administração mantém expectativa de recuperação gradual das receitas a partir do 3º trimestre de 2025, sustentada pela finalização de projetos em andamento (cliente NUCLEP), e pela prospecção de novos clientes.

Nota 29 - Despesas e Receitas Financeiras

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Despesas Financeiras				
Atualizações das obrigações fiscais e tributárias	(2.021)	(7.134)	(16.648)	(23.607)
Descontos obtidos em parcelamentos tributários	-	-	9.231	-
Atualizações de acordos trabalhistas	-	-	(3.592)	(6)
Atualizações de passivos (BNDES, Debêntures e outros)	(34.340)	(28.596)	(88.142)	(41.931)
Diversos	(4.925)	(1.582)	(5.665)	(2.027)
Total	(41.286)	(37.312)	(104.816)	(67.571)
Receitas Financeiras				
Atualizações de depósitos judiciais (Swiss RE e Metrô-SP)	10.609	-	10.609	-
Receita decorrente dos ativos envolvidos no acordo com o Metrô-SP	-	-	3.125	-
Descontos obtidos	3.877	28	3.877	26
Diversos	117	100	831	679
Total	14.603	128	18.442	705
Total Líquido	(26.683)	(37.184)	(86.374)	(66.866)

Os saldos de juros sobre impostos e contribuições, apresentou uma redução em relação ao mesmo período de 2024, tendo em vista os parcelamentos de impostos federais e estaduais realizados no 1º trimestre de 2025.

Atualizações de passivos, apresentaram um acréscimo em relação ao mesmo período de 2024, em função tanto de passivos já negociados e pagos, quanto daqueles que permanecem em discussão judicial, destacando-se entre eles, o contrato com o BNDES, os credores das debêntures da 5ª emissão, além de outros passivos.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2025**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Outras receitas financeiras referem-se às atualizações de depósitos judiciais levantados, como por exemplo o acordo firmado com a Swiss-RE, por meio do qual foram liberados os depósitos judiciais. O passivo total foi reconhecido como dívida concursal, cuja liquidação se dará através das debêntures perpétuas da 4ª emissão.

Nota 30 - Outras Receitas e Despesas

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Outras Despesas Operacionais				
IOF	(76)	(161)	(95)	(256)
Despesas tributárias (a)	(8.133)	(69)	(15.121)	(9.079)
Estorno de claims contingentes (g)	(48.496)	-	(133.999)	-
Despesas com FIDC Taranis (b)	(10.078)	-	(10.078)	-
Outras despesas Operacionais	(4.068)	(4.442)	(8.242)	(6.480)
Processos trabalhistas (c)	(2.303)	-	(7.673)	-
Acordos judiciais (d)	(27.551)	-	(27.855)	-
Ociosidade (f)	-	-	(1.498)	(1.619)
Custo de Venda de Ativos (h)	-	-	(389.715)	-
Estorno de dividendos a receber (e)	-	-	(14.796)	-
Despesas com o acordo Metrô-SP	-	-	(4.960)	-
Total das despesas operacionais	(100.705)	(4.672)	(614.032)	(17.434)
Outras Receitas Operacionais				
Reversão de provisões diversas (i)	28.488	3.017	37.602	3.017
Recuperação Despesas	-	16	88	1.085
Receitas de aluguel	1.269	738	1.837	1.227
Outras receitas	-	7	2	20
Receita de venda de Ativos (h)	-	-	352.564	-
Total das receitas operacionais	29.757	3.778	392.093	5.349
	(70.948)	(894)	(221.939)	(12.085)

- a) Outras despesas tributárias referem-se aos registros de impostos parcelados, relacionados a processos judiciais em andamento da empresa.
- b) O valor registrado na rubrica e refere-se as despesas incorridas no FIDC – Taranis, relativas aos prestadores de serviços;
- c) Refere-se a diversos processos trabalhistas nos quais a empresa celebrou acordos para liquidação dos passivos, destacando-se o pagamento do processo nº 1356100-16.2002.5.09.0008, no montante de R\$ 1 milhão, cujo valor já estava provisionado e teve sua reversão contabilizada.
- d) Refere-se a dívida da Swiss-RE, cuja liquidação ocorreu por meio do pagamento em debêntures perpétuas da classe III - quirografários no montante aproximado de R\$ 35.000, além do pagamento, em espécie, de honorários advocatícios aos representantes legais da Swiss-RE no montante de R\$ 5.500. No trimestre, o total das despesas contabilizadas foi de R\$ 17.594, também foram efetuados pagamentos para o encerramento de processos movidos pelo Escritório de Advocacia Emsenhuber.
- e) O valor se refere a baixa por impairment dos dividendos pela QGI INC, por falta de evidências de realização;
- f) Ociosidade refere-se aos custos de produção, diretos e indiretos, não absorvidos pela fábrica em razão da reduzida quantidade de projetos contratados.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- g) Estorno dos créditos de "claims" em razão da ausência de expectativa concreta de realização, uma vez que se trata de ativos judicializados, no montante de R\$133.999, conforme nota explicativa nº 06.
- h) O custo de venda de ativos refere-se, principalmente, às despesas relacionadas à alienação da participação acionária no Fundo Inhaúma, realizada pela controlada CBD Participações, no montante de R\$ 348 milhões, incluindo a baixa do ágio apurado por ocasião da aquisição da participação no Estaleiro. Adicionalmente, foi registrada a valorização das cotas do referido fundo, no valor de R\$ 4.5 milhões, perfazendo o total da alienação em R\$ 352,5 milhões. A operação de alienação resultou em perda líquida de R\$ 37 milhões, devidamente reconhecida no resultado do exercício.

Os recursos obtidos com a alienação da participação nas cotas do Fundo Inhaúma foram destinados à liquidação de dívidas trabalhistas, tributárias, financeiras e com prestadores de serviços.

O resultado da alienação das cotas do Fundo Inhaúma está assim demonstrado:

Montante líquido da alienação das cotas do Fundo Inhaúma	348.074
Montante da valorização das cotas do Fundo Inhaúma	4.490
Total da receita	352.564
Baixa do ágio no investimento	- 379.820
Baixa do investimento	- 9.896
Total do custo	- 389.716
Resultado da alienação das cotas do Fundo Inhaúma	- 37.152

- i) Reversão de provisões: as reversões decorreram, principalmente, de acordos firmados em processos trabalhistas, que resultaram em reduções significativas e cujos pagamentos foram realizados com recursos obtidos da alienação da participação acionária nas cotas do Fundo Inhaúma.

Adicionalmente, foram revertidas provisões relacionadas a processos já concluídos, incluindo valores referentes ao Escritório de Advocacia Emsenhuber, bem como impostos (ISS) anteriormente provisionados e quitados em decorrência do acordo celebrado entre a Inepar e o Metrô-SP.

Nota 31 – Depósitos Judiciais

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Processos Trabalhistas	2.900	2.901	13.110	13.110
Processos Cíveis	36.523	53.283	45.571	62.322
Processos Tributários	1.234	1.234	1.659	1.654
	40.657	57.418	60.340	77.086

- a) No consolidado na rubrica de processos cíveis estão incluídos os depósitos judiciais referentes ao processo do Metrô-SP, dos recebimentos de acordo celebrado com Furnas. A redução do saldo decorre dos valores relacionados ao processo mantidos com a Swiss-Re, cujo encerramento ocorreu nesse trimestre.

Nota 32 - Cobertura de Seguros (não auditada)

A companhia mantém seguro das áreas comuns das instalações, que cobre eventuais sinistros, sendo os demais seguros de responsabilidade do condomínio."

Notas Explicativas

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 33 - Benefícios a Empregados

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Salários	857	871	5.636	5.772
Gastos Previdenciários	311	274	1.454	1.191
Total	1.168	1.145	7.090	6.963

Nota 34 - Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Conforme estabelecido e aprovado nas atas da controladora e de suas controladas, foi atribuída à remuneração dos administradores, em atendimento ao CPC 05 - Divulgação Sobre Partes Relacionadas, a seguir descritas:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Remuneração de Conselheiros	219	138	256	402
Remuneração de Diretores	370	362	1.797	1.444
Total	589	500	2.053	1.846

Nota 35 - Informações por Segmento

As informações por segmento estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22. A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base no modelo de organização e gestão aprovadas pelo Conselho de Administração, contendo as seguintes áreas:

	Serviços industriais	
	30/06/2025	31/03/2024
Receita bruta total	2.859	3.263
Impostos/Deduções	(603)	(641)
Custos dos Produtos e Serviços	(3.815)	(4.936)
Total	(1.559)	(2.314)

Os custos incorridos neste exercício referem-se, principalmente, a gastos complementares dos consórcios de projetos já encerrados, bem como a serviços executados para terceiros pelas controladas IESA Projetos e Enisa Inovação e Infraestrutura S/A."

Nota 36 – Tratativas que Irão Gerar Eventos Subsequentes

- a) A Administração da Companhia encontra-se em fase de busca por parceiros comerciais com o objetivo de implementar as operações abaixo especificadas. Essas medidas visam assegurar a continuidade da Empresa, mediante a geração de fluxo de caixa positivo, de forma a atender às obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial, bem como às obrigações extraconcursais e operacionais correntes.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- b) Alienação da UPI IPM e IOG conforme descrito na Nota 1.1;
- c) Dação em pagamento, para instituições financeiras do imóvel situado no município de Magé;
- d) A Companhia mantém um programa contínuo de redução de custos operacionais, com o objetivo de adequar as despesas à nova realidade econômica da conjuntura atual.
- e) Intensificação das atividades na área comercial, com a conquista de clientes e mercados adicionais, além do foco total nos mercados core.
- f) Busca de capital de giro para dar suporte aos investimentos em novos projetos, bem como à retomada das atividades.
- g) Continuidade da monetização de ativos financeiros, com o objetivo de ampliar a captação de recursos.

Nota 37 - Eventos Subsequentes

Conforme os Avisos aos Acionistas datados de 1º de julho, a Companhia informou que, em relação ao aumento de capital aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 20 de maio de 2024, foram subscritas 852 (oitocentas e cinquenta e duas) ações ordinárias pelos acionistas.

Adicionalmente, a Companhia comunicou o resultado do lançamento de debêntures e o andamento do respectivo processo de subscrição, sendo que, na 12ª emissão, foram subscritas 1.396.938 (um milhão, trezentas e noventa e seis mil, novecentas e trinta e oito) debêntures, e, na 13ª emissão, foram subscritas 378 (trezentas e setenta e oito) debêntures.

Conforme Comunicado ao Mercado datado de 21 de agosto de 2025, a Companhia informa que o Conselho de Administração, visando ampliar a participação de seus membros em ações relacionadas ao Planejamento Estratégico, deliberou, por unanimidade:

1. **Reformular** o Comitê de Planejamento de Operações Financeiras Estruturadas, instituído pela 302ª RCA de 18/04/2012, com o objetivo de implementar um comitê mais abrangente, incumbido da Gestão de Ativos e Passivos, de modo a assegurar o cumprimento das obrigações da Companhia; e
2. **Constituir** o Comitê de Novos Negócios, atendendo a sugestão do Conselheiro Christian, com a finalidade de analisar as atuais linhas de negócios, fomentar novos negócios e contratos, bem como estudar a viabilidade de investimentos que possam gerar valor aos stakeholders da Companhia.

Nos dois Fatos Relevantes divulgados, a Companhia informou acerca da disponibilização do valor pago pelos acionistas na subscrição das Ações e das debêntures aos credores quirografários relacionados na AGE de 20 de maio de 2024, cujo valor é incontroverso, de forma proporcional, conforme o disposto no Plano de Recuperação da Companhia.

Nota 38 - Prazos de Entrega das Demonstrações Financeiras

A Companhia mantém seu compromisso com a pontualidade na divulgação das informações financeiras. As demonstrações referentes ao 3º trimestre deverão ser apresentadas com atraso inferior ao verificado no 2º ITR, enquanto as demonstrações anuais estão previstas para serem entregues dentro do prazo estabelecido pela CVM.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DIRETORIA EXECUTIVA:

Vago – Diretor Presidente

Irajá Galliano Andrade – Diretor Administrativo Financeiro

Manacesar Lopes dos Santos - Diretor de Relações com Investidores

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Irajá Galliano Andrade - Presidente

Rodolfo Andriani

André de Oms

Augusto Araújo de Oms

Carlos Alberto Del Claro Gloger

José Bonifácio Pinto Junior

Hugo Fagundes de Lima Queiroz

Antônio Augusto Pires Junior

Christian De Lima Ramos

José Ivan Freo

Luciano Boudjoukian França

CONTADOR: Jair Malpica – CPF 667.583.788-53 – CRC-1SP100417/O-6

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório de Revisão dos Auditores Independentes sobre as Informações Financeiras Trimestrais (ITR) Individuais e Consolidadas

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial
Curitiba - PR

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da Revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as Informações Intermediárias Individuais e Consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

Incerteza relevante quando à continuidade operacional

Conforme mencionado na nota explicativa "1", às demonstrações financeiras individuais e consolidadas findas em 30 de junho de 2025, da controladora e algumas de suas controladas, estão em recuperação judicial (RJ) desde o ano de 2014. O plano de recuperação judicial apresentado por ambas companhias foi aprovado pelos credores e homologado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo no ano de 2015. Essas demonstrações financeiras individual e consolidada foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, os quais preveem a liquidação de suas obrigações no curso normal de suas atividades. Assim, em 30 de junho de 2025 as demonstrações financeiras apresentam resultado negativo de R\$ 349.271 mil e passivo circulante superior ao ativo circulante de R\$ 1.030.780 mil, no consolidado. Ainda que o Plano de Recuperação Judicial da Companhia está em encerramento, existem certos eventos ou condições, juntamente com outros assuntos, que indicam a existência de incerteza quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Por outro lado, a Companhia vem realizando sua carteira de projetos junto aos clientes, bem como monetizando parte de seus ativos, principalmente quanto aos "Claims" e, com esses recursos, pagando suas despesas operacionais e liquidando as obrigações do Plano de Recuperação Judicial. Tais fatores, à medida que forem sendo efetivados, contribuirão para o aumento da ocupação da capacidade fabril, a níveis satisfatórios e ao encerramento do processo de recuperação judicial. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Saldos contábeis e transações mantidos com partes relacionadas

Conforme mencionado na nota explicativa "21", a Companhia e suas Controladas mantém relações e operações em condições específicas e em montantes significativos com partes relacionadas. Consequentemente, os resultados de suas operações podem ser diferentes daqueles que teriam sido obtidos de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Reconhecimento de recebíveis

Conforme mencionado na nota explicativa "6", foi registrado contabilmente, em 30 de junho de 2021, na controladora Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial e nas controladas: Inepar Equipamentos e Montagens S.A. – Em Recuperação

Judicial e IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – Em Recuperação Judicial, recebíveis (claims) no montante de R\$ 145.769 mil (no consolidado). Chamamos a atenção para o fato de que, neste trimestre, a companhia realizou o teste de recuperabilidade e optou pela reversão desses recebíveis, ocasionando, dessa forma, um efeito negativo de R\$ 133.999 mil, nas contas do ativo e no resultado, conforme demonstrado nas notas explicativas “6” e “30”. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Termo de Transação Individual com a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional

Na data de 16 de dezembro de 2021 ocorreu o deferimento do parcelamento efetuado através do Termo de Transação Individual com a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conforme Lei nº 13.988/20 e Portaria PGFN nº 9.917/20. Os débitos federais devidos à PGFN foram parcelados em 120 parcelas e os débitos previdenciários em 60 parcelas, ambos com redução de juros e multas em até 70% de cada uma das inscrições.

Essa operação gerou um ganho que representou R\$ 1.358 bilhões, em 2021, registrado em contrapartida das contas de resultado da Companhia, em “Outras Receitas e Despesas Operacionais”. A manutenção do referido acordo junto a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional está condicionada ao cumprimento dos termos desse acordo. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

No exercício de 2023, foram reconhecidos os créditos dos prejuízos fiscais utilizados para liquidação parcial do parcelamento da transação individual, conforme previsto nos termos da Portaria PGFN nº 6757, de 29 de julho de 2022, e Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, no montante consolidado de R\$ 720,7 milhões e na controladora o montante de R\$ 360,2 milhões, os quais foram registrados em contrapartida do IR e CS Diferido no resultado do exercício.

Esta compensação ocorreu em dezembro de 2023, e os valores da utilização dos créditos fiscais estão considerados nas demonstrações financeiras deste balanço.

Os vencimentos dos débitos previdenciários irão ocorrer a partir de setembro de 2025, enquanto os débitos dos demais impostos a partir de março de 2029. Conforme mencionado na nota explicativa “16”.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 30 de junho de 2025, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis a elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de maneira consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Curitiba, 30 de outubro de 2025.

MÜLLER & PREI AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-PR Nº 006.472/O-1
GEORGE ANGNES
Contador CRC-PR nº 042.667/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre Demonstrações Financeiras

D E C L A R A Ç Ã O

Inepar S/A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial, inscrita no CNPJ sob nº 76.627.504/0001-06, estabelecida na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 373, Conjunto 1101, 11º andar, Centro, na cidade de Curitiba-PR, DECLARA, por seus diretores infra-assinados, nos termos do Artigo 25, parágrafo 1º, inciso V da Instrução CVM nº 480/09, que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras.

Curitiba/PR, 30 de Outubro de 2025.

Iraja Galliano Andrade Manacesar Lopes dos Santos

Diretor Administrativo Financeiro

Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

D E C L A R A Ç Ã O

Inepar S/A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial, inscrita no CNPJ sob nº 76.627.504/0001-06, estabelecida na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 373, Conjunto 1101, 11º andar, Centro, na cidade de Curitiba-PR, DECLARA, por seus diretores infra-assinados, nos termos do Artigo 25, parágrafo 1º, inciso V da Instrução CVM nº 480/09, que reviram e discutiram o parecer dos auditores independentes, e declaram que compreendem os critérios técnicos utilizados pelos auditores para emissão do parecer, porém entendem que a empresa apresenta as condições necessárias para a continuidade das suas operações, de acordo com o que diz o próprio parecer dos auditores independentes “a Companhia vem realizando sua carteira de projetos junto aos clientes, bem como monetizando parte de seus ativos, principalmente quanto aos “Claims” e, com esses recursos, pagando suas despesas operacionais e liquidando as obrigações do Plano de Recuperação Judicial. Tais fatores, à medida que forem sendo efetivados, contribuirão para o aumento da ocupação da capacidade fabril, a níveis satisfatórios e ao encerramento do processo de recuperação judicial.” conforme demonstrado ao longo do Relatório e principalmente no Balanço projetado.

Sempre respeitando as orientações dos nossos Auditores Independentes Muller & Prei, a Administração da empresa, com o compromisso de máxima transparência e realidade do nosso relatório, se permite esclarecer e adicionar informações de grande importância, consubstanciadas em notas explicativas e técnicas, além de documentação apensadas, permitindo o exercício de um Balanço gerencial que demonstra a situação real das empresas, com a consideração de tais informações factuais.

Curitiba/PR, 30 de Outubro de 2025.

Iraja Galliano Andrade Manacesar Lopes dos Santos
Diretor Administrativo Financeiro Diretor de Relações com Investidores